



O ESTADO DA AMAZÔNIA INDICADORES

A AMAZÔNIA E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Danielle Celentano & Adalberto Veríssimo



IMAZON
INSTITUTO DO HOMEM E
MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

IMAZON
INSTITUTO DO HOMEM E
MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

**O ESTADO DA AMAZÔNIA
INDICADORES**

A AMAZÔNIA E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Danielle Celentano & Adalberto Veríssimo

Apoio à Pesquisa:
Fundação Gordon & Betty Moore
Fundação Avina

Apoio à Publicação:
Fundação Gordon & Betty Moore

Copyright© 2007 by Imazon

Revisão de Texto:
Tatiana Corrêa Veríssimo

Capa:
Renata Segtowick

Foto da Capa:
Danielle Celentano

Editoração Eletrônica:
Luciano Silva e Roger Almeida
(*RL|2 Propaganda e Publicidade*)

Impressão:
Gráfica e Editora Alves

CATALOGAÇÃO NA FONTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

C392 Celentano, Danielle

A Amazônia e os Objetivos do Milênio / Danielle Celentano, Adalberto Veríssimo. – Belém, PA: Imazon, 2007.

48p.; il.; 21,5 cm x 28 cm – (O Estado da Amazônia: indicadores, n.1)

ISBN: 978-85-86212-18-5

Inclui bibliografia.

1. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO 2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS 3. OBJETIVOS DO MILÊNIO 4. POBREZA E MEIO AMBIENTE 5. AMAZÔNIA LEGAL I. Veríssimo, Adalberto. II. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. III. Título.

CDD: 338.9811

IMAZON
INSTITUTO DO HOMEM E
MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Rua Domingos Marreiros, 2020 - Altos. Umarizal. Belém-PA Brasil CEP 66060-160
Tel.: (91) 3182-4000 • Fax: (91) 3182-4027
imazon@imazon.org.br • <http://www.imazon.org.br>

Os dados e as opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos financiadores deste estudo.

ÍNDICE

Lista de Siglas	04
Resumo	05
Apresentação.	06
A Amazônia e Os Objetivos do Milênio	08
Nota de Precaução	10
Objetivo 1: Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome	11
Objetivo 2: Atingir o Ensino Básico Universal.	14
Objetivo 3: Promover Igualdade Entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres.	17
Objetivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil.	21
Objetivo 5: Melhorar a Saúde Materna.	23
Objetivo 6: Combater o HIV/Aids, a Malária e Outras Doenças.	25
Objetivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental	30
Conclusão	37
Agradecimentos.	41
Bibliografia	42
Notas	45
Lista de Figuras.	47
Lista de Tabelas.	47

LISTA DE SIGLAS

Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APA	Área de Proteção Ambiental
Arpa	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Conabio	Comissão Nacional de Biodiversidade
COP	Conferência das Partes
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Esec	Estação Ecológica
Flona	Floresta Nacional
Flota	Floresta Estadual
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inpe	Instituto de Pesquisas Espaciais
Ipea	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISA	Instituto Socioambiental
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Ministério da Saúde
Oemas	Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Opas	Organização Pan-Americana da Saúde
Parna	Parque Nacional
PI	Proteção Integral
PIB	Produto Interno Bruto
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRMI	Projeto de Redução da Mortalidade Infantil
RDS	Reserva do Desenvolvimento Sustentável
Rebio	Reserva Biológica
Resex	Reserva Extrativista
Seab	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* estabelecidos pela ONU propõem metas e indicadores para medir e orientar a melhoria nas condições socioeconômicas (pobreza, educação, saúde, desigualdade entre os gêneros, mortalidade infantil e materna) e ambientais nas regiões pobres e em desenvolvimento do mundo. Neste *Estado da Amazônia*, avaliamos a evolução desses objetivos no contexto da Amazônia Legal. Para isso, usamos 17 indicadores para medir o progresso da região em relação às metas propostas para 2015.

Na Amazônia houve progressos em relação à maioria dos indicadores analisados se compararmos a sua situação em 2005 em relação ao ano de 1990. Entretanto, em geral, essa melhoria ainda é insatisfatória e a região está abaixo da média nacional. A situação da região é crítica no caso da pobreza, da incidência de malária, da mortalidade materna e do acesso da população à água e esgoto. Além disso, dois indicadores pioraram en-

tre 1990 e 2005: área desmatada e casos de Aids. Os avanços foram tímidos na busca da igualdade entre os gêneros. Ainda persiste uma baixa participação das mulheres na política e no mercado de trabalho. Além disso, os salários das mulheres continuam inferiores aos dos homens.

Por outro lado, o acesso à educação aumentou (embora melhorar a qualidade seja um desafio), não há desigualdade entre os sexos no acesso à escola e houve queda na mortalidade infantil. Além disso, houve avanço considerável na criação de Áreas Protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), passando de 8,5%, em 1990, para 42% em 2006.

Em relação as dez metas avaliadas neste estudo, apenas uma foi atingida na Amazônia (eliminação da disparidade entre os sexos no acesso à educação). Mantido o ritmo lento de melhoria, somente duas outras poderão ser atingidas até 2015, como proposto pela ONU: a garantia no acesso à educação e a redução da mortalidade infantil.

Palavras-chave: Amazônia, Amazônia Legal, Objetivos do Milênio, Metas do Milênio, indicadores socioeconômicos e indicadores ambientais.

APRESENTAÇÃO

A pobreza e a degradação ambiental afetam cada vez mais as regiões em desenvolvimento e subdesenvolvidas do planeta. Após meio século de esforços por parte de governos e agências de desenvolvimento internacional, tornou-se evidente que o combate à pobreza e ao subdesenvolvimento requer uma abordagem mais ampla, multiinstitucional e integrada. Ou seja, que inclua outros aspectos além da geração de renda, que envolva outras esferas além da atuação do poder público e que insira a questão da sustentabilidade ambiental na agenda do desenvolvimento. Nesse contexto, surgem os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*.

Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, estabelecidos pela ONU em 2000, é uma iniciativa global para medir e orientar ações para melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais em que se encontram pelo menos 50% da população mundial. Nessa iniciativa foram definidos oito objetivos para reverter o quadro de pobreza, fome e doenças no mundo. Para cada objetivo há me-

tas propostas e um conjunto de indicadores para medi-las (Quadro 1). Os *Objetivos do Milênio* têm apoio de lideranças sociais, ambientalistas, artistas, dirigentes da grande maioria dos países, organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI) e do setor privado.

No Brasil, além dos indicadores propostos pela ONU, o Ipea desenvolveu indicadores nacionais para avaliar os *Objetivos do Milênio*. Embora já existam relatórios que discutam a evolução desses objetivos no país (Ipea 2004, 2005), nenhum trata da situação dos Estados ou especificamente da Amazônia Legal. Para a Amazônia, os *Objetivos do Milênio* representam uma nova forma de avaliar o desenvolvimento mais abrangente que a avaliação do PIB e do IDH. Neste o *Estado da Amazônia*, avaliamos a evolução dos *Objetivos do Milênio* na Amazônia Legal e a situação dessa região em relação ao Brasil e às metas estabelecidas pela ONU.¹ Não foi objetivo desse estudo a análise de causas e a elaboração de recomendações específicas.

Quadro 1. Objetivos e Metas do Desenvolvimento do Milênio.

Objetivo 1: Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

Meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda < a US\$1 /dia.

Meta 2: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre fome.

Objetivo 2: Atingir o Ensino Básico Universal

Meta 3: Garantir até 2015 que as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de estudo.

Objetivo 3: Promover a Igualdade entre os Gêneros e a Autonomia das Mulheres

Meta 4: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Objetivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil

Meta 5: Reduzir em dois terços entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças até 5 anos.

Objetivo 5: Melhorar a Saúde Materna

Meta 6: Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, as taxas de mortalidade materna.

Objetivo 6: Combater Doenças Como Aids e Malária

Meta 7: Até 2015 ter detido e começado a reduzir a propagação do HIV/Aids.

Meta 8: Até 2015 ter detido e começado a reduzir a incidência da malária e de outras doenças graves.

Objetivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Meta 9: Incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais.

Meta 10: Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e a saneamento básico.

Meta 11: Até 2020, ter alcançado melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de áreas degradadas.

Objetivo 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Meta 12: Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

Meta 13: Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclusive acesso livre de tarifas e cotas para as exportações, programas de alívio da dívida e de assistência).

Meta 14: Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Meta 15: Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento.

Meta 16: Proporcionar trabalho digno e produtivo aos jovens.

Meta 17: Proporcionar o acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis (em cooperação com as empresas farmacêuticas).

Meta 18: Dar acesso aos benefícios das novas tecnologias, tais como tecnologias da informação e das comunicações (em cooperação com o setor privado).

A Amazônia e os Objetivos do Milênio

A Amazônia Legal compreende os Estados da região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Mato Grosso, parte do Maranhão e uma pequena porção de Goiás (Tabela 1). A Amazônia Legal (referido no restante do texto apenas como Amazônia) cobre cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados (59% do Brasil). Em 2004, a região abrigava uma população de 22,5 milhões de habitantes (12% da população brasileira), dos quais 73% residiam em áreas urbanas² e 21% eram imigrantes. Em 2004, o PIB da região foi de R\$ 137,9 bilhões (US\$ 64,7 bilhões), o que representa apenas 8% do PIB nacional. Em 2000, a região era considerada com médio desenvolvimento humano, com um IDH igual a 0,705.

Para avaliar a evolução dos *Objetivos do Milênio* na Amazônia, analisamos 17 indicadores (Quadro 2). Em geral, a avaliação refere-se ao período entre 1990 e 2005. Os indicadores apresentados são

aqueles propostos pela ONU e pelo Ipea disponíveis para a Amazônia e outros complementares³. Os indicadores foram comparados entre os Estados da Amazônia e com o Brasil.⁴ Ao final de cada seção há uma avaliação da situação atual da região em relação às metas propostas pela ONU.⁵



Tabela 1. Perfil dos Estados da Amazônia.

Estados	Sigla	Área (Milhares de km ²)	População em 2004 ¹ (Milhares de habitantes)	PIB em 2004 ² (Bilhões de R\$)
Acre	(AC)	153	632,2	3,2
Amazonas	(AM)	1.571	3.191,3	35,9
Amapá	(AP)	143	577,3	3,7
Maranhão	(MA)	264 ³	5.201,7 ³	16,6
Mato Grosso	(MT)	903	2.759,1	27,9
Pará	(PA)	1.248	6.856,7	34,2
Rondônia	(RO)	238	1.511,4	9,7
Roraima	(RR)	224	381,5	1,9
Tocantins ⁴	(TO)	278	1.283,8	4,8
Amazônia		5.023⁵	22.484,3	137,9
Brasil		8.515	182.060,1	1.766,2

¹ Fonte: IBGE (2004).

² Fonte: Ipea (2007).

³ Inclui apenas a parte do território do Maranhão e a respectiva população inseridos na Amazônia Legal. O Maranhão total possui 331,9 mil quilômetros quadrados, e 6,04 milhões habitantes.

⁵ Inclui cinco municípios de Goiás.

O *Objetivo do Milênio 8* prevê o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento. Segundo o Ipea (2004), esse objetivo foi estabelecido para definir compromissos de ajuda dos países mais desenvolvidos com aqueles mais pobres, principalmente reduzindo desigualdade nas áreas do comércio e de finanças internacio-

nais, uma vez que existem diversas barreiras a serem enfrentadas pelos países em desenvolvimento – como o protecionismo comercial e a instabilidade econômica. A avaliação das metas propostas pela ONU refere-se ao Brasil e por isso não foi abordada no âmbito regional (maiores detalhes: Ipea 2004, 2005)⁶.

Quadro 2. Indicadores utilizados para avaliação dos *Objetivos do Milênio na Amazônia*.

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	1 Extrema pobreza. População com renda domiciliar <i>per capita</i> mensal inferior a R\$ 37,75 (25% do salário mínimo no ano 2000), ou US\$ 0,69/dia. Fonte: Ipea.
	2 Pobreza. População com renda domiciliar <i>per capita</i> mensal inferior a R\$ 75,50 (50% do salário mínimo no ano 2000), ou US\$ 1,38/dia. O conjunto de extrema pobreza está contido no conjunto da pobreza. Fonte: Ipea.
Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal	3 Analfabetismo. Porcentagem da população com mais de 15 anos incapaz de ler ou escrever um bilhete simples. Fonte: Ipea.
	4 Número médio de anos de estudo para população com 25 anos ou mais. Fonte: Ipea.
	5 Frequência escolar. Proporção de crianças (7 – 14 anos) e jovens (15 – 17 anos) que frequentam o ensino fundamental e médio. Fonte: Ipea.
Objetivo 3: Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres	6 Educação feminina. Frequência escolar (%) e proporção da população feminina (> 15 anos) analfabeta. Fonte: Ipea.
	7 Mulheres na política. Proporção de mulheres exercendo cargos de representação política no executivo e legislativo. Fonte: TSE.
	8 População economicamente ativa. Proporção da população (masculina e feminina) com idade de trabalhar que é economicamente ativa. Fonte: IBGE.
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil	9 Mortalidade até 1 ano de idade por 1.000 crianças nascidas vivas. Fonte: Pnud.
	10 Mortalidade até 5 anos de idade por 1.000 crianças nascidas vivas. Fonte: Pnud.
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna	11 Óbito materno durante a gestação ou até 42 dias após seu término, independente da duração ou da localização da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela (OMS 1997). Fonte: MS.
Objetivo 6: Combater doenças como Aids e malária	12 HIV/Aids. Taxa de Aids para cada 100 mil habitantes. Fonte: MS.
	13 Malária. Taxa de malária para cada 100 mil habitantes. Fonte: MS.
	14 Tuberculose. Taxa de tuberculose para cada 100 mil habitantes. Fonte: MS.
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	15 Desmatamento. Área de desflorestamento anual. Fonte: Inpe.
	16 Áreas Protegidas. Porcentagem de Áreas Protegidas por Terras indígenas e Unidades de Conservação. Fontes: Ibama, ISA e Oemas.
	17 Água e Esgoto. População (%) com abastecimento adequado de água (rede geral com canalização interna ou por meio de poço ou nascente com canalização interna) e com instalações adequadas de esgoto (banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado à rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora). Fonte: Ipea

NOTA DE PRECAUÇÃO

Neste documento, adotamos uma escala ampla de análise, considerando a região como um todo (Amazônia Legal) e desdobrando-a apenas na esfera dos Estados. Entretanto, reconhecemos que uma análise mais detalhada exigiria tratar a região na escala das sub-regiões e dos municípios. Isso revelaria um mapa mais acurado das desigualdades dentro dos próprios Estados e sub-regiões, bem como semelhanças entre sub-regiões e municípios de diferentes Estados. Porém, há uma severa limitação na frequência de levantamento e atualização de dados municipais na Amazônia. Isso dificulta uma análise comparativa entre 1990 (ano base) e os anos mais recentes (2004 a 2006), necessária para o caso dos *Objetivos do Milênio*.

O Estado de Mato Grosso está integralmente inserido no conceito de Amazônia Legal adotado para essa análise, mesmo que metade do seu território apresente características (ambientais e socioeconômicas) similares aos demais Estados da região centro-oeste. O mesmo ocorre com o Estado do Tocantins

cujas vegetação de cerrado é distinta da cobertura florestal dominante em todos os outros Estados da Amazônia. Esses fatores têm influência na dinâmica de ocupação e de desenvolvimento desses Estados e os distingue do restante da Amazônia. Portanto, uma análise que considera apenas o domínio do bioma Amazônia (ou seja, que exclui a parte do Mato Grosso ocupada pela vegetação de cerrado e a grande maioria do Tocantins) poderia revelar uma situação diferente. Por exemplo, os dados do Mato Grosso florestal tenderiam a ser mais próximos do restante da Amazônia. Porém, há limitação para essa abordagem, pois os limites do bioma não coincidem com os limites da divisão política dos Estados e os dados municipais são desatualizados.

Finalmente, cabe registrar que as estatísticas na região apresentam problemas históricos devido à dificuldade de acesso e de coleta de dados. Dessa forma, para alguns indicadores, é possível haver discrepâncias entre os anos devido ao esforço de coleta como ocorre no caso da taxa de incidência de Aids.

Objetivo 1. Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

A pobreza e a fome são problemas crônicos nos países em desenvolvimento. Estima-se que mais de dois bilhões de pessoas vivem com menos de dois dólares ao dia no mundo (Pnud 2005). Por outro lado, as 500 pessoas mais ricas do planeta possuem renda superior ao rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres (Pnud 2005). Para avaliar a situação desse objetivo na Amazônia, utilizamos os seguintes indicadores: (i) porcentagem da população abaixo da linha da extrema pobreza nos Estados da Amazônia e (ii) porcentagem da população abaixo da linha da pobreza nos Estados da Amazônia.

1. EXTREMA POBREZA PERSISTE ELEVADA

A extrema pobreza (ou indigência) sofreu uma redução de apenas seis pontos percentuais entre 1990 e 2005 na Amazônia (Figura 1). Em 1990, 23% da população da região vivia com menos de US\$ 1 ao dia (ou 25% do salário mínimo mensal),

caindo para 17% em 2005. No Brasil, a redução foi um pouco maior (nove pontos percentuais), caindo de 20% para 11%. No país, a região Nordeste tem o pior índice, com 24% da população na condição de extrema pobreza em 2005.⁷

Na Amazônia, o Mato Grosso apresenta a melhor situação com apenas 6% da população vivendo em condições de extrema pobreza, enquanto o Maranhão apresenta o pior índice (28%). Entretanto, a extrema pobreza caiu 18 pontos percentuais no Maranhão entre 1990 e 2005. Por outro lado, a proporção da população em condições de extrema pobreza aumentou no Acre, Amazonas, Amapá e Rondônia no período de 1990 e 2005.

Embora a extrema pobreza tenha sido reduzida em termos relativos na Amazônia, em números absolutos o número de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza teve um ligeiro crescimento na Amazônia: passou de 3,7 milhões em 1990 para 3,8 milhões em 2005.

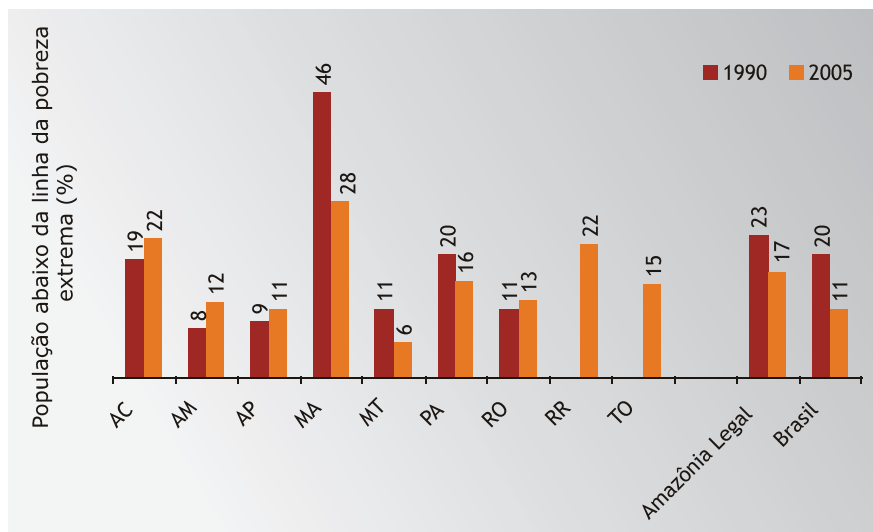


Figura 1. População abaixo da linha de extrema pobreza na Amazônia e no Brasil (Ipea 2006a).

2. POBREZA MANTÊM-SE ALTA

A porcentagem da população abaixo da linha da pobreza manteve-se igual entre 1990 e 2005 na Amazônia: 45% da população da região vivendo com menos de US\$ 2 ao dia (ou meio salário mínimo mensal) (Figura 2). Porém, em termos absolutos, o número de pessoas vivendo em condições de pobreza cresceu de 7,4 milhões em 1990 para 10,1 milhões em 2005 na região. Nesse período, a po-

breza média no Brasil diminuiu 11 pontos percentuais, caindo de 42% para 31%. A Amazônia estava na frente apenas do Nordeste, onde 54% da população encontrava-se em condições de pobreza.

Na Amazônia, em 2005, o Mato Grosso tinha a melhor situação, com 21% da população vivendo em condições de pobreza e o Maranhão possuía a pior (60%). Entre 1990 e 2005, a pobreza diminuiu no Mato Grosso, no Maranhão e no Pará, enquanto aumentou nos outros Estados.

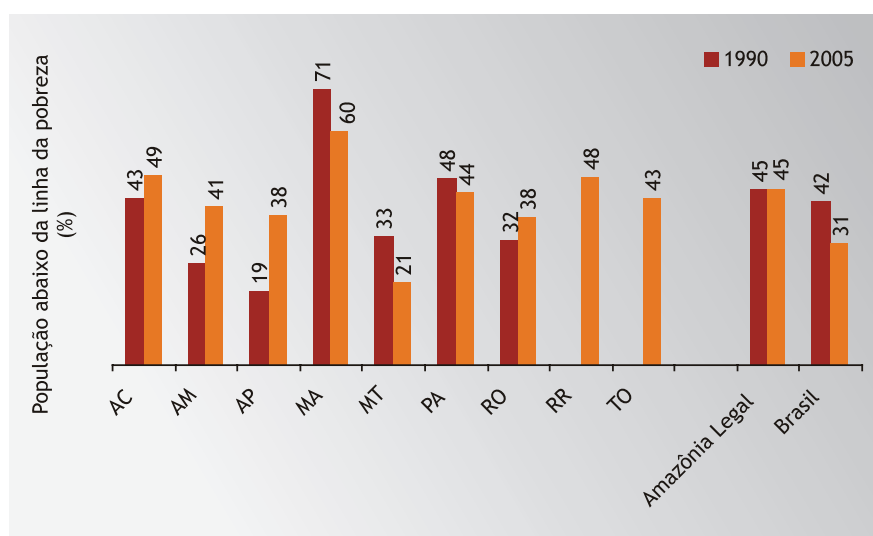


Figura 2. População abaixo da linha de pobreza na Amazônia e no Brasil (Ipea 2006b).

Quadro 3. Renda e bem-estar

A pobreza precisa ser avaliada de forma multidimensional, uma vez que varia não somente de acordo com as condições econômicas, mas também com fatores culturais, geográficos e ambientais. Indicadores exclusivamente monetários podem não refletir o real “bem-estar” da população. Por essa razão, a pobreza é um indicador de difícil medição direta, sobretudo em grande escala. Na Amazônia vivem populações tradicionais e indígenas que obtêm sua subsistência da própria floresta e dos rios por meio do extrativismo (frutos, pesca ou caça). Dessa forma, o bem-estar dessas populações depende não apenas da renda, mas também da abundância e do acesso aos recursos naturais e de sua capacidade e condições para manejá-los.

Quadro 4. Insegurança alimentar é alta na Amazônia

A segurança alimentar no Brasil é um indicador recente, medido pelo IBGE na Pnad⁸. Segundo o IBGE (2006a), domicílios com insegurança alimentar são aqueles onde a alimentação básica é insuficiente ou inexistente por falta de dinheiro para a compra. Em 2004, 35% da população da Amazônia vivia em domicílio onde havia insegurança alimentar média ou grave (Figura 3). A situação era mais grave em Roraima (52%) e Maranhão (50%).

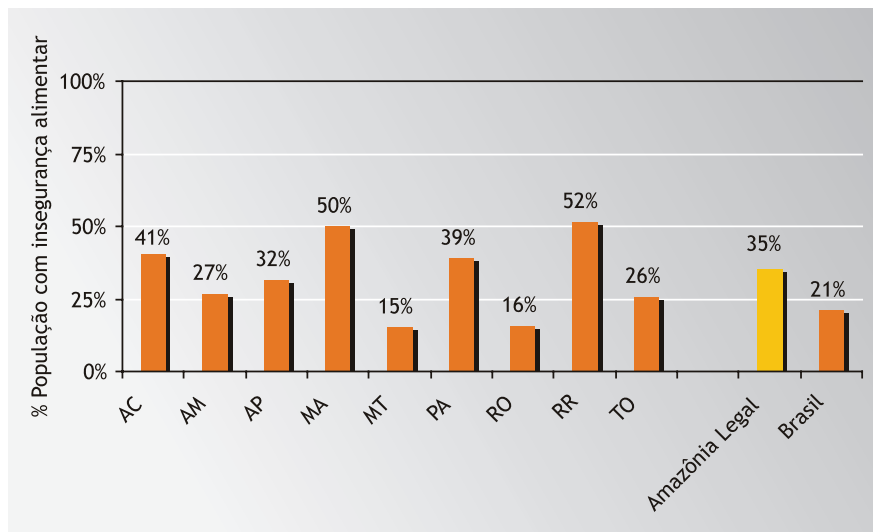


Figura 3. População (%) com insegurança alimentar (moderada ou grave) nos Estados da Amazônia em 2004 (IBGE 2006a).

**OBJETIVO 1 - Erradicar Pobreza e Fome**

- **Meta 1:** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda < US\$ 1 /dia.
- **Meta Brasil para 2015:** 10% da população com renda < US\$ 1 /dia
- **Amazônia em 2005:** 17% da população com renda < US\$ 1 /dia
- **Avaliação:** Mantida a atual taxa de redução, essa meta será atingida somente em 2023. O Mato Grosso já atingiu essa meta. O Maranhão, o Acre e Roraima são os Estados mais distantes dessa meta.
- **Meta 2:** Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre fome.
- **Avaliação:** Meta não avaliada por insuficiência de dados. Dados sobre a segurança alimentar e estado nutricional no Brasil estão disponíveis apenas para os últimos cinco anos.

Objetivo 2. Atingir o Ensino Básico Universal

A educação é fundamental para o desenvolvimento das nações e para a redução das desigualdades. Todas as nações desenvolvidas fizeram grandes investimentos na formação de seu capital humano. Por outro lado, nos países pobres, as crianças muitas vezes não têm acesso às escolas ou necessitam trabalhar para contribuir com a renda familiar. Segundo o Pnud (2006), a alfabetização mundial de adultos subiu de 75%, em 1990, para 82% em 2006. O número de matrículas de crianças no ensino fundamental também aumentou no mundo inteiro, mas mesmo assim cerca de 77 milhões de crianças ainda estão fora da escola (Unesco 2006). Para avaliar a situação da educação na Amazônia, selecionamos três indicadores: (i) taxa de analfabetismo para população de 15 anos e mais; (ii) número médio de anos de estudo da população com mais de 25 anos; e (iii) frequência escolar (ensino fundamental e médio).

3. REDUÇÃO NO ANALFABETISMO

O analfabetismo (população > 15 anos de idade) na Amazônia caiu de 20%, em 1990,

para 13% em 2005 (Figura 4)⁹. No Brasil, a queda foi maior (8 pontos percentuais) no mesmo período, atingindo 11% em 2005. Entre as outras regiões do Brasil, o Nordeste tinha em 2005 a maior proporção de população analfabeta (15%).

Entre 1990 e 2005, Roraima apresentou aumento na taxa de analfabetismo. A explicação para isso é a inclusão das populações indígenas nos últimos censos do IBGE, a qual representa um contingente mais expressivo em Roraima. No Acre e Pará não houve redução do analfabetismo. Por outro lado, nos demais Estados, o analfabetismo foi reduzido com destaque para o Maranhão, onde essa queda foi mais expressiva: 16 pontos percentuais.

Em 2004, a população rural apresentava taxa de analfabetismo superior às áreas urbanas (Pnad 2004). Naquele ano, 22% da população rural da Amazônia era analfabeta, contra 10% da população urbana. Maranhão e Acre tinham mais de 30% da população rural analfabeta.

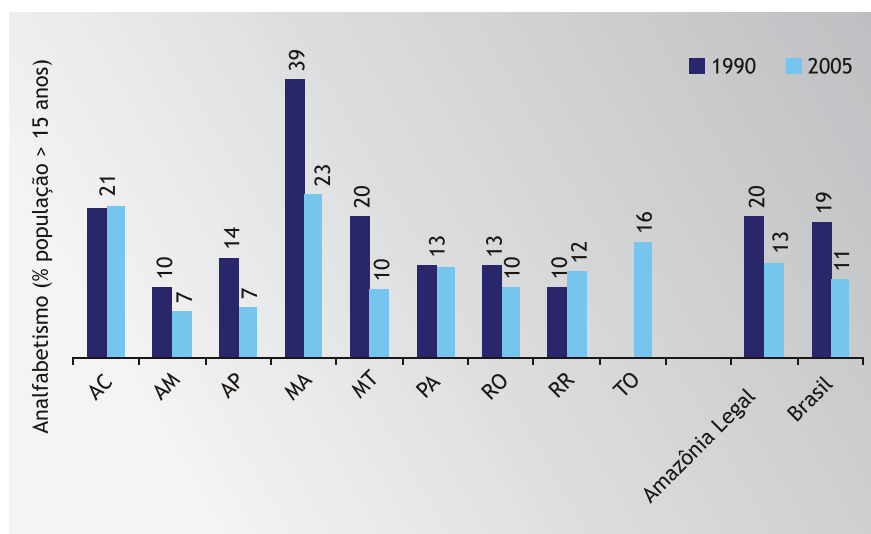


Figura 4. Taxa de analfabetismo (% população > 15 anos) na Amazônia e no Brasil (Ipea 2006c).

4. LIGEIRO AUMENTO NOS ANOS DE ESTUDO

Na Amazônia, o número médio de anos de estudo da população (> 25 anos de idade) passou de 4,1 anos, em 1990, para 5,9 anos em 2005 (Figura

5). No Brasil, subiu de 4,8 para 6,5 anos de estudo. Em todos os Estados da Amazônia registrou-se aumento no número médio de anos de estudo. Em 2005, o Amapá tinha a melhor situação (7,4 anos de estudo), enquanto o Maranhão era o pior, com apenas 4,5 anos.

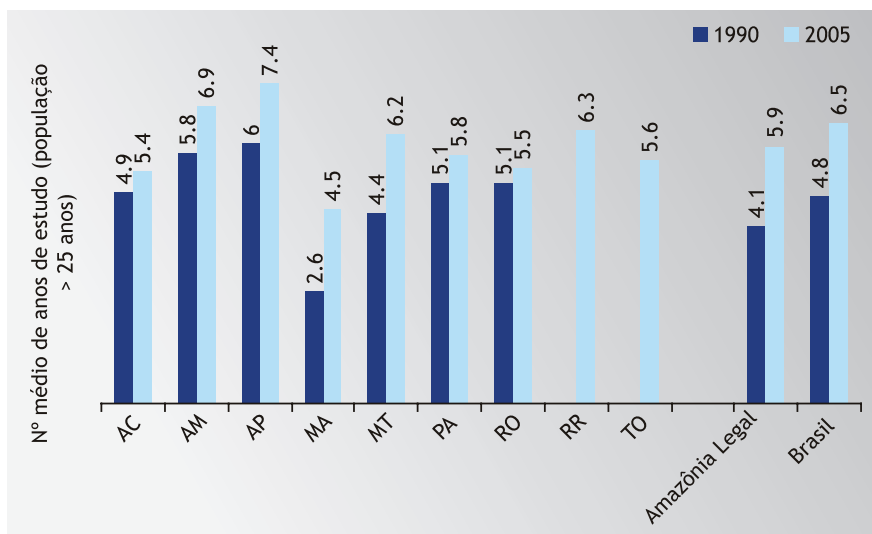


Figura 5. Número médio de anos de estudo da população (> 25 anos) da Amazônia e no Brasil (Ipea 2006d).

Quadro 5. O Desafio da qualidade da educação

Apesar dos esforços na última década para aumentar o número de escolas e o acesso da população na Amazônia à educação, a qualidade de ensino na região é ainda inferior às demais regiões do Brasil. Isso pode ser conferido em três pesquisas recentemente divulgadas pelo Inep, autarquia federal vinculada ao MEC. Primeiro, no Seab de 2003, o desempenho dos estudantes da região (ensino fundamental e médio) nas provas de língua portuguesa e matemática ficou 7% abaixo da média nacional (MEC 2003). No Enem, um exame voluntário do ensino médio, o desempenho médio da região em 2005 foi 16% inferior à média brasileira nas provas objetivas e 7% inferior na redação (MEC 2006a). Por último, o Enade de 2005 avaliou os cursos superiores do Brasil e revelou que as Universidades da Amazônia têm em média conceitos inferiores aos de outras regiões do país (MEC 2006b).

5. AUMENTA PRESENÇA DE CRIANÇAS E JOVENS NA ESCOLA

Houve aumento na proporção de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos que freqüentam o ensino fundamental nas áreas urbanas da Amazônia. Era 85% em 1990 e subiu para 96% em 2005

(Tabela 2).¹⁰ No Brasil, passou de 84% para 97% nesse período.

Houve melhora relevante no caso de adolescentes (15 a 17 anos) que freqüentam o ensino médio nas áreas urbanas da Amazônia, passando de 62% (1990) para 80% (2005). No Brasil, a evolução foi similar, subindo de 56% para 82% no mesmo período.

Tabela 2. Freqüência escolar (%) de crianças (7 e 14 anos) e jovens (15 a 17 anos) nos Estados da Amazônia (Ipea 2006h).

Estados	Freqüência Escolar (%) ¹			
	7 a 14 anos (Ensino Fundamental)		15 a 17 anos (Ensino Médio)	
	1990	2005	1990	2005
AC	78	93	64	78
AM	89	96	73	83
AP	85	97	55	87
MA	71	95	58	80
MT	83	96	48	81
PA	88	95	72	75
RO	89	96	65	72
RR	95	99	58	80
TO	-	97	-	83
Amazônia	85	96	62	80
Brasil	84	97	56	82

¹ Não inclui população rural.



OBJETIVO 2 - Atingir o Ensino Básico Universal

- **Meta 3:** Garantir que, até 2015, as crianças terminem um ciclo completo de estudo.
- **Meta brasileira para 2015:** 100% das crianças e jovens freqüentando a escola.
- **Amazônia em 2004:** 96% das crianças (7 a 14 anos) e 80% dos jovens (15-17 anos) freqüentavam a escola.
- **Avaliação:** A meta de 100% de crianças freqüentando o ensino fundamental pode ser atingida até 2010. Entretanto, se a taxa atual de adesão de jovens freqüentando o ensino médio for mantida, a meta de 100% só será atingida em 2022. Os outros indicadores avaliados (analfabetismo e anos de estudo) também melhoraram na região. Contudo, é essencial eliminar a disparidade entre as zonas urbanas e rurais, combater o analfabetismo funcional e melhorar a qualidade de ensino na região.

Objetivo 3. Promover Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres

Para as mulheres, direitos fundamentais como o voto e o acesso à educação e ao trabalho foram conquistados somente no século 20. Embora haja avanços, a discriminação contra mulheres ainda persiste no mundo, principalmente nos países menos desenvolvidos. Dados da ONU (2000) mostram que dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres, a remuneração salarial das mulheres é inferior a dos homens pelo mesmo trabalho e o avanço das mulheres em posições gerenciais é limitado. Além disso, a representação das mulheres na política é ainda insatisfatória. Para avaliar a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres na Amazônia, selecionamos três indicadores: (i) educação feminina (analfabetismo e frequência escolar); (ii) proporção de mulheres exercendo cargos políticos; e (iii) população feminina economicamente ativa.

6. EDUCAÇÃO FEMININA MELHORA

Indicadores de frequência escolar e analfabetismo apontam que a situação educacional femini-

na na região é similar à situação masculina. Entre 1990 e 2005, houve redução na população feminina analfabeta (> 15 anos de idade) de 20% para 12% na Amazônia (Figura 6), enquanto entre os homens o analfabetismo caiu de 17% para 14%. No Brasil, o analfabetismo feminino diminuiu de 19% para 11%.

Em 2005, o Estado com maior taxa de analfabetismo feminina era o Maranhão, onde 21% das mulheres com mais de 15 anos eram analfabetas. Por outro lado, o Amapá (6%) e o Amazonas (7%) tinham os melhores resultados.

A frequência escolar de crianças do sexo feminino (de 7 a 14 anos) subiu de 86%, em 1990, para 96%, em 2005 (Tabela 3); enquanto a frequência masculina aumentou de 84% para 96%. A frequência escolar de jovens mulheres (de 15 a 17 anos) passou de 66%, em 1990, para 79% em 2005; enquanto a frequência masculina passou de 58% para 81%. A frequência escolar de mulheres na Amazônia apresentou valores similares aos do Brasil.

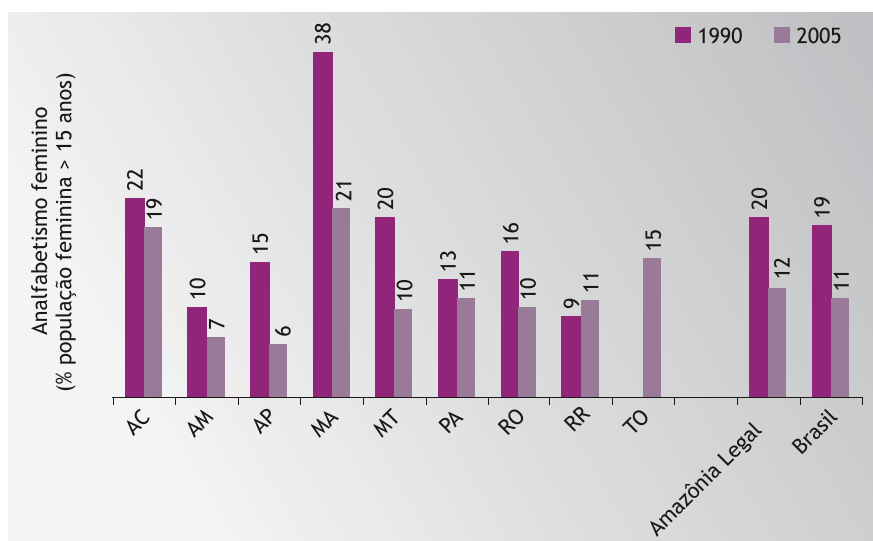


Figura 6. Taxa de analfabetismo da população feminina (população com mais de 15 anos) na Amazônia (Ipea 2006c).

Tabela 3. Freqüência escolar (%) de crianças (7 e 14 anos) e jovens (15 a 17 anos) por sexo nos Estados da Amazônia (Ipea 2006h).

Estados	Freqüência Escolar (%) ¹							
	7 a 14 anos (Ensino Fundamental)				15 a 17 anos (Ensino Médio)			
	1990		2005		1990		2005	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
AC	76	80	93	93	62	67	76	80
AM	89	88	96	96	72	73	78	88
AP	86	84	97	97	78	35	88	85
MA	76	67	96	94	65	51	80	79
MT	84	81	97	96	52	44	83	80
PA	89	87	96	95	75	68	76	74
RO	89	89	97	96	66	63	71	72
RR	97	93	98	99	55	63	77	83
TO	-	-	97	97	-	-	80	86
Amazônia²	86	84	96	96	66	58	79	81
Brasil	85	83	98	97	60	53	82	81

¹ Não inclui população rural.

7. PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA CONTINUA BAIXA

A proporção de mulheres eleitas para cargos políticos na Amazônia é ainda muito reduzida (Tabela 4). Em 1996, apenas 7% das prefeituras da região eram administradas por mulheres. Essa porcentagem

teve um ligeiro aumento em 2004, atingindo 9%. Os municípios administrados por mulheres totalizavam apenas 4% da população amazônica em 1996; em 2004 houve uma pequena melhoria, atingindo 9%.

Em janeiro de 1995 havia apenas 2 senadoras em uma bancada de 27 senadores da Amazônia. Em 2007, essa representação foi ampliada para 4 sena-

Tabela 4. Proporção de mulheres eleitas prefeitas e deputadas (estaduais e federais) na Amazônia (TSE 2006).

Estados	Prefeitas (%)		Deputadas (%)			
			Federais		Estaduais	
	1996	2004	1994	2006	1994	2006
AC	5	9	25	13	0	21
AM	3	5	13	25	4	13
AP	6	13	25	50	6	13
MA	9	10	6	6	7	17
MT	6	4	13	13	13	4
PA	6	9	18	12	12	17
RO	6	10	13	13	21	4
RR	8	27	0	25	18	13
TO	9	12	25	13	0	13
Amazônia	7	9	14	16	9	13
Brasil	5	7	6	9	8¹	11¹

¹ Inclui deputadas distritais.

doras. Por sua vez, a proporção de deputadas federais da Amazônia aumentou de 14%, em 1994, para 16% em 2006. No Brasil, essa proporção subiu de 6%, em 1994, para 9% em 2006. Para o cargo de deputado estadual, a participação das mulheres eleitas na Amazônia subiu de 9%, em 1994, para 13% em 2006. No Brasil, essa situação é pior: apenas 11% dos deputados eleitos em 2006 eram mulheres.

Para o cargo de governador, a presença feminina é ainda mais restrita no Brasil. Nas eleições de 1994 e 1998, apenas uma governadora foi eleita, enquanto em 2002 foram duas eleitas. Em 2006, apenas três mulheres elegeram-se governadoras no Brasil, sendo

uma delas num dos Estado na Amazônia (Ana Júlia Carepa - eleita governadora do Pará).

8. POPULAÇÃO FEMININA ECONOMICAMENTE ATIVA É REDUZIDA

Em 2000, a população feminina economicamente ativa na Amazônia atingiu 42%, enquanto a média nacional foi de 46% (Tabela 5). Roraima obteve a melhor posição (49%) e o Maranhão teve a pior situação (38%). Por outro lado, a população economicamente ativa masculina atingiu 68% na Amazônia, enquanto a média nacional foi de 70%.

Tabela 5. Proporção da população com idade de trabalhar economicamente ativa na Amazônia e Brasil em 2000 (Ipea 2006g).

Estados	População Economicamente Ativa (PEA)	
	Masculina (%)	Feminina (%)
AC	66	40
AM	65	42
AP	64	42
MA	66	38
MT	74	43
PA	67	38
RO	74	42
RR	70	49
TO	70	43
Amazônia	68	42
Brasil	70	46

Quadro 6. Remuneração feminina é inferior.

A remuneração das mulheres é inferior que a dos homens pelo mesmo trabalho (Figura 7). Em 2004, o rendimento médio mensal das mulheres economicamente ativas na Amazônia era 32% inferior ao rendimento masculino (Pnad 2004). As mulheres com pouca instrução (até quatro anos de estudo) recebiam um valor 20% inferior ao obtido pelos homens na mesma condição), enquanto as mulheres com maior escolaridade (12 anos ou mais de estudo) recebiam um valor 33% inferior ao obtido pelos homens na mesma categoria.

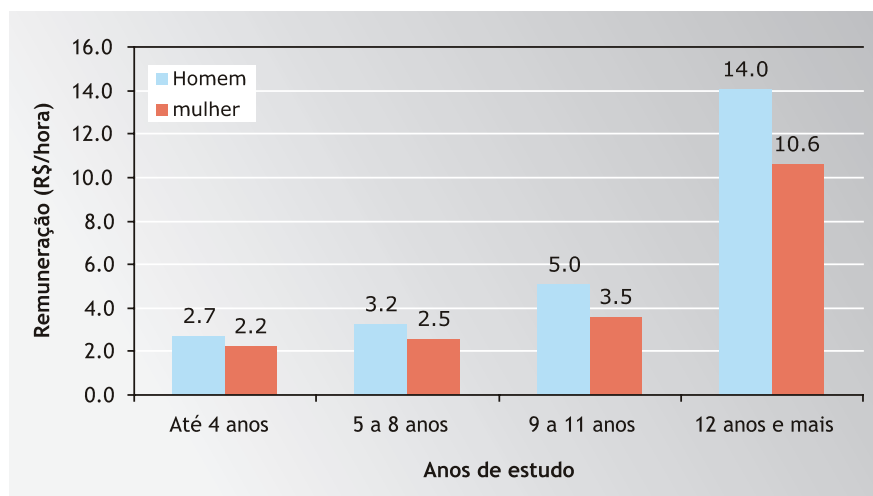


Figura 7. Remuneração de homens e mulheres na Amazônia de acordo com o número de anos de estudo (IBGE 2004).

**OBJETIVO 3 - Promover a Igualdade entre os Gêneros**

- **Meta 4:** Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio.
- **Amazônia em 2004:** Meta atingida, não há disparidade relevante entre a proporção de mulheres e de homens (entre 7 a 17 anos) que freqüentam a escola.
- **Avaliação:** Meta estabelecida pela ONU devido à ampla desigualdade entre gêneros no acesso à educação, principalmente nos continentes africano e asiático. Embora a meta 4 tenha sido atingida na Amazônia, os demais indicadores avaliados revelam que a promoção da igualdade entre os gêneros está longe de ser atingida na Amazônia.

Objetivo 4. Reduzir a Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil é o indicador que melhor captura a divergência nas oportunidades de desenvolvimento humano (Pnud 2005). Estima-se que 11 milhões de crianças com menos de 5 anos morrem anualmente no mundo vítimas da pobreza, ou seja, mais de 1.200 mortes por hora (Pnud 2005). A mortalidade infantil está relacionada com as condições socioeconômicas, nutricionais e sanitárias das famílias, além do acesso à saúde. Grande parte dos fatores que levam à mortalidade infantil é evitável. Especialistas identificaram 23 intervenções preventivas e curativas, de baixo custo, que poderiam ter evitado duas em cada três mortes de crianças no mundo em 2000, ou seja, cerca de 6 milhões de vidas poupadas (Pnud 2005). Nesse sentido, em 1996, o Ministério da Saúde implantou o Projeto de Redução da Mortalidade Infantil (PRMI) para combater esse problema com o aumento no orçamento e contratação de agentes comunitários de saúde.

Para avaliar a situação da mortalidade infantil na Amazônia, utilizamos dois indicadores: (i) mortalidade até 1 ano de idade e (ii) mortalidade até 5 anos de idade.

9. MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 1 ANO DIMINUI

A mortalidade de crianças até 1 ano na Amazônia caiu de 51 para 36 mortos para cada mil nascidos vivos entre 1991 e 2000 (Figura 8). No Brasil, esse número caiu de 45 para 31 no mesmo período.¹¹ Em 2000, a Amazônia estava na frente apenas do Nordeste, onde morriam 48 crianças com até 1 ano de idade para cada 1.000 nascidos vivos.

A pior situação no ano de 2000 foi a do Maranhão (55 crianças mortas para cada mil nascidas vivas) e do Tocantins (44). Os Estados com menor mortalidade infantil foram Mato Grosso (28), Rondônia (30) e Acre (30).

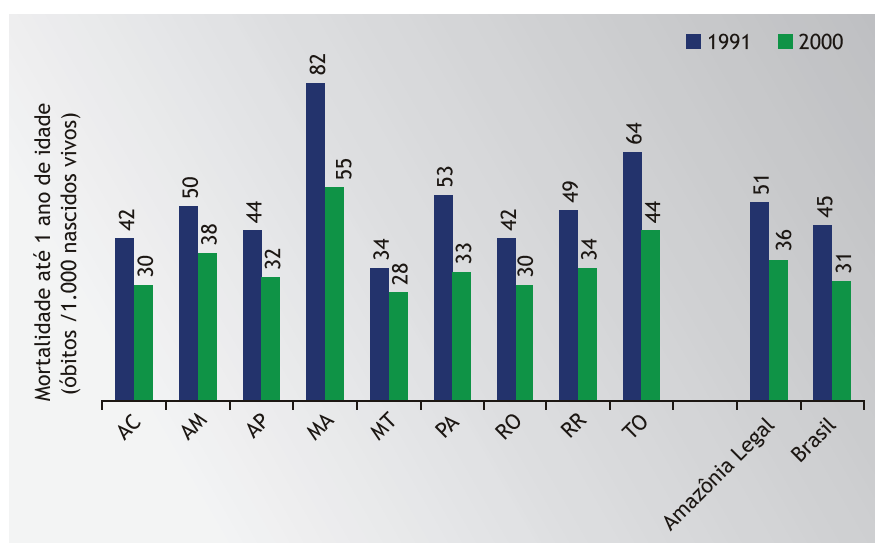


Figura 8. Mortalidade infantil até 1 ano de vida (óbitos/1.000 nascidos vivos) na Amazônia (Pnud 2003).

10. REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL ATÉ 5 ANOS

Houve queda na mortalidade de crianças até 5 anos de idade na Amazônia. Em 1991 eram 67 mortes para cada mil nascidos vivos e, em 2000, esse número caiu para 46 (Figura 9). Nesse mesmo período, no Brasil, o número caiu de 59 para 39. Em 2000, a pior situação era a do Nordeste brasileiro, onde morriam 70

crianças com idade até 5 anos para cada mil nascidas vivas.

Em 2000, o pior índice foi o do Maranhão com 86 mortes para cada mil nascidos vivos, seguido do Tocantins (67). Os dois melhores classificados foram Mato Grosso (31) e Acre (34).

Dados mais recentes do Ministério da Saúde (Datusus 2006b) indicam que a mortalidade de crianças com idade até 5 anos caiu para 33 óbitos para cada mil nascidos vivos no Brasil¹².

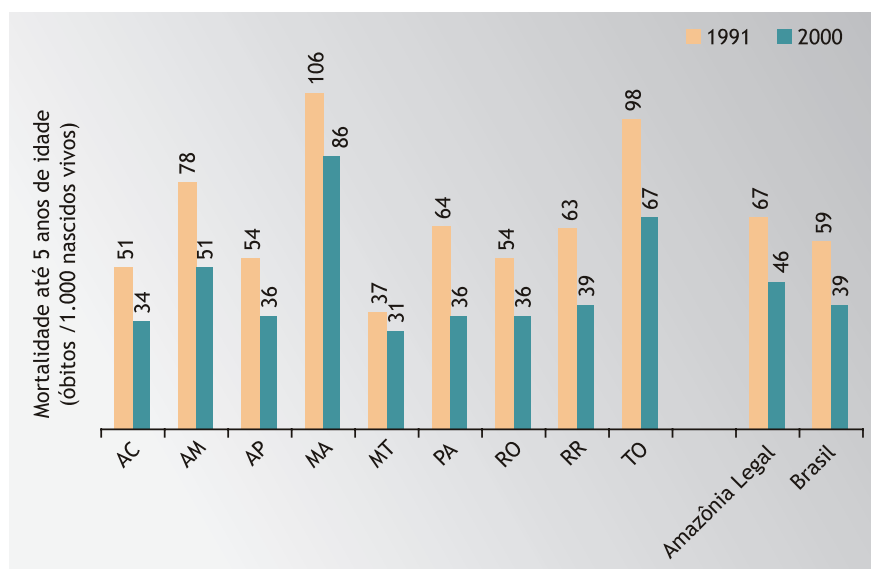


Figura 9. Mortalidade infantil até 5 anos de vida (óbitos/ 1.000 nascidos vivos) na Amazônia (Pnud 2003).



OBJETIVO 4 - Reduzir a Mortalidade Infantil

- **Meta 5:** Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças até 5 anos.
- **Meta brasileira para 2015:** 20 óbitos/ 1.000 nascidos vivos.
- **Amazônia em 2000:** 46 óbitos/ 1.000 nascidos vivos.
- **Avaliação:** Mantida a taxa atual de queda, essa meta será atingida em 2011. Maranhão, Tocantins e Amazonas devem tomar providências para alcançar os demais Estados.

Objetivo 5. Melhorar a Saúde Materna

A mortalidade materna está diretamente relacionada à pobreza e a obstáculos no acesso das mulheres aos serviços de saúde de boa qualidade como pré-natal durante a gravidez e presença de profissional qualificado na hora do parto (ONU). Segundo a Opas (2006), a mortalidade materna chega a ser dez vezes menor em países desenvolvidos em comparação ao Brasil. Noventa e seis por cento das mortes maternas poderiam ser prevenidas ou evitadas com os conhecimentos médicos e tecnológicos já disponíveis (Opas 2006). Para avaliar esse Objetivo do Milênio, utilizamos como indicador o número de óbitos maternos para cada mil nascidos vivos.

11. ÓBITOS MATERNOS MANTÊM-SE ELEVADOS

O número de óbitos maternos para cada cem mil nascidos vivos na Amazônia subiu de 57, em 1996, para 58 em 2004 (Figura 10). No Brasil, o número de óbitos maternos aumentou de 52 para 54 no mesmo período.

Em 2004, os Estados com maiores índices de óbitos maternos foram o Maranhão e o Amazonas (com 69 mortos para cada 100.000 nascidos vivos). Roraima e Rondônia apresentaram os menores índices: 17 e 10 mortes, respectivamente.

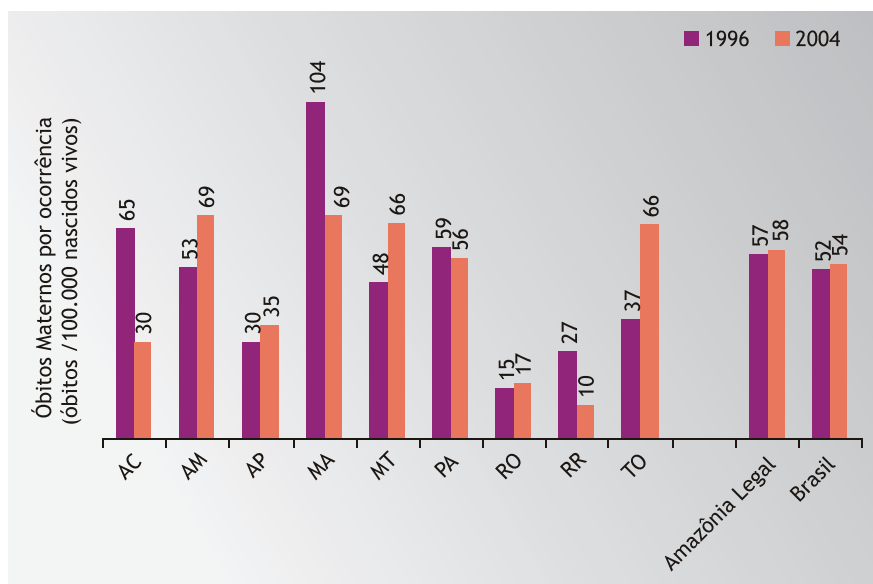


Figura 10. Número de óbitos maternos por ocorrência para cada 100.000 nascidos vivos na Amazônia em 1996 e 2004 (MS 2006, 2006a).¹³

Quadro 7. A família amazônica.

Em 2002, as mulheres amazônicas tinham em média três filhos, isso significa um filho a mais que a média brasileira em 2000 e um a menos que a média regional em 1991. No Amapá e no Amazonas as mulheres têm em média quatro filhos. Na Amazônia, 13% das mulheres entre 15 e 17 anos já possuem filhos. No Brasil, em média 8% das mulheres nessa idade são mães. O Acre é o Estado brasileiro com a maior proporção de adolescentes mães do Brasil (17%). Entre as meninas de 10 a 14 anos, 0,7% delas são mães na Amazônia – valor 0,3% maior que média brasileira. Por fim, 7% das mães na Amazônia são chefes de família sem cônjuge; valor parecido com a média brasileira (6%). Esses indicadores apontam que a família na Amazônia tem uma vulnerabilidade maior que a média brasileira.

Fonte: Pnud (2003).

**Objetivo 5 - Melhorar a Saúde Materna**

- **Meta 6:** Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, as taxas de mortalidade materna.
- **Meta brasileira para 2015¹⁴:** 13 óbitos/ 100 mil nascidos vivos.
- **Amazônia em 2004:** 58 óbitos/ 100 mil nascidos vivos.
- **Avaliação:** Não houve melhoria nesse indicador e se a tendência atual for mantida, essa meta não será atingida em 2015 para a Amazônia. A única exceção positiva é Roraima, onde a meta foi atingida em 2004.

Objetivo 6. Combater o HIV/Aids, a Malária e Outras Doenças

Os últimos anos foram marcados por grandes avanços na medicina, no que diz respeito a medicamentos e tecnologias (OMS 2006). Mas, o acesso a esses benefícios é desigual no planeta e por isso alguns países pobres chegam a apresentar esperança de vida duas vezes menor que os países ricos (OMS 2006).

No Brasil, embora a saúde seja um direito constitucional, o acesso a esse direito é desigual no território. Em 2000, existia 0,48 médico para cada mil habitantes da Amazônia, enquanto a média brasileira era bem maior: 1,16 médico para cada mil habitantes (Pnud 2003). Nos Estados da Amazônia, as despesas com saúde totalizaram 13,2% (R\$ 3,9 bilhões) dos gastos orçamentários totais em 2005 (MF 2006). Mesmo assim, os gastos públicos *per capita* em saúde na Amazônia chegam a ser 40% inferiores à média brasileira (Sudam/Pnud 2000). Dessa forma, a Amazônia enfrenta a persistência de doenças decorrentes de condições de vida precária e do baixo acesso às medidas de prevenção e controle (MS 2003). Para avaliar o Objetivo do Milênio 6, utilizamos três indicadores: (i) a taxa de HIV/Aids; (ii) a taxa de malária; e (iii) a taxa de tuberculose.¹⁵

12. AIDS CRESCE SIGNIFICATIVAMENTE

A Aids é uma doença não congênita causada pelo vírus HIV. Uma vez no organismo, o HIV destrói as células de

defesa, deixando as pessoas vulneráveis a outras infecções e doenças oportunistas. Atualmente, há medicamentos avançados que permitem que as pessoas infectadas vivam por um longo período sem apresentarem sintomas. Dados da ONU (2006) mostram que 38 milhões de pessoas vivem com o vírus HIV no mundo e, anualmente, são registrados cerca de 4 milhões de novos casos.

Na Amazônia, a doença deu um salto entre 1990 e 2004.¹⁶ O número de casos de Aids para cada 100 mil habitantes passou de 1,2, em 1990, para 12,4 em 2004 (Figura 11). A taxa brasileira era ainda maior em 2004: 17 casos para cada 100 mil habitantes. Roraima e Mato Grosso foram os Estados com maior taxa de Aids em 2004, respectivamente, 27 e 23 casos da doença para cada 100 mil habitantes. Naquele ano, Rondônia apresentava a menor taxa da doença para cada 100 mil habitantes (6,7). Dados de morbidade (MS 2006h) indicam que em 2003 foram registrados 3,5 óbitos por Aids para cada 100 mil habitantes na Amazônia.

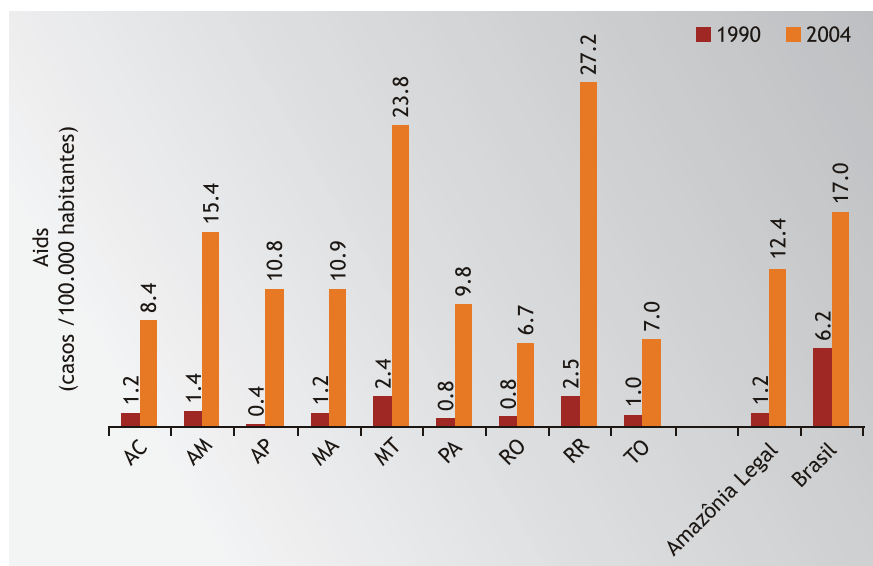


Figura 11. Taxa de Aids para cada 100 mil habitantes na Amazônia e no Brasil em 1990 e 2004. (MS 2006b).

13. MALÁRIA CONTINUA ELEVADA

A malária é uma doença infecciosa causada por protozoários do gênero *Plasmodium* e transmitida ao homem principalmente por meio de picadas de insetos¹⁷. Essa doença que atinge o homem desde a Pré-História foi erradicada na América do Norte, Europa, Oceania, Japão e Norte da Ásia. Porém ainda persiste nas florestas tropicais da África, Ásia e América Central e do Sul (ver Quadro 8).

A Amazônia responde pela quase totalidade dos casos registrados de malária no país. Os Estados que mais registram casos da doença são Amazonas, Rondônia e Pará. O número de casos da doença na região caiu de 546 mil, em 1990, para 459 mil em 2004. Por sua vez, a taxa de incidência de malária caiu de 3,3 mil casos para cada 100 mil habitantes, em 1990, para 2 mil casos em 2004 (Figura 12). No entanto, ao considerar

as tendências de queda anteriores a 2004, nota-se um aumento da doença na Amazônia. Entre 1990 e 2002, o número de casos de malária havia caído 36% e a taxa da doença, 49%. Já entre 2002 e 2004, o número de casos aumentou 32% e a taxa de incidência subiu 19% na região.

Em 2004, Rondônia apresentou a maior taxa da doença (7 mil casos para cada 100 mil habitantes). Os Estados com as menores taxas de malária foram Tocantins (67), Mato Grosso (236) e Maranhão (239). Porém, é importante ressaltar que esses Estados possuem grande proporção de vegetação de cerrados, o que diminui as condições para a proliferação da doença.

Dados de morbidade (MS 2006h) indicam que em 2004 foram registrados em média 10,4 óbitos por malária para cada 100 mil habitantes na Amazônia. Rondônia, Amazonas e Pará apresentaram mais de 20 óbitos para cada 100 mil habitantes.

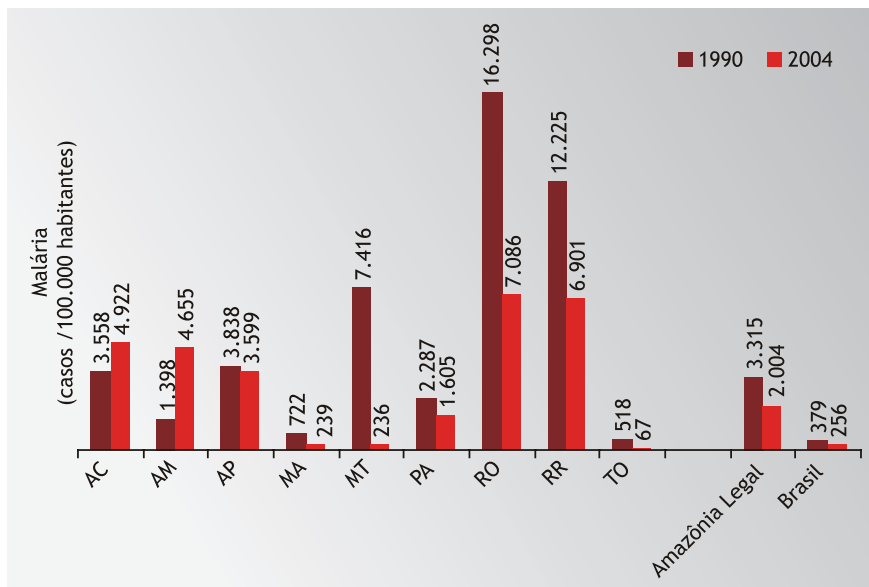


Figura 12. Taxa de incidência de malária (casos/100 mil habitantes) em 1990 e 2004 na Amazônia (MS 2006c).

Quadro 8. Desmatamento e malária.

A derrubada da floresta e o represamento de igarapés e rios favorecem a proliferação do mosquito transmissor da malária (*Anopheles darlingi*), o qual utiliza água parada e limpa para se reproduzir. Dois estudos publicados recentemente reforçam essa tese. O primeiro estudo, que utiliza dados de assentamentos rurais de Rondônia, afirma que as áreas de desmatamento recentes têm maiores incidências da doença (“malária de fronteira”) quando comparada às áreas de desmatamento antigas (Castro *et al.* 2006). O segundo estudo, realizado na Amazônia peruana, revela que nas áreas sob desmatamento, as taxas de picadas do inseto transmissor chegam a ser 278 vezes maior do que nas áreas florestadas (Vittor *et al.* 2006). De fato, a incidência de malária nos municípios da Amazônia ocorre com maior frequência nas regiões onde o desmatamento ocorre com alta intensidade nos últimos anos - como o centro-oeste do Pará, norte de Rondônia, noroeste do Mato Grosso e sul do Amazonas (Figura 13). Áreas não-florestais e fronteiras antigas de desmatamento apresentam baixa intensidade da doença.

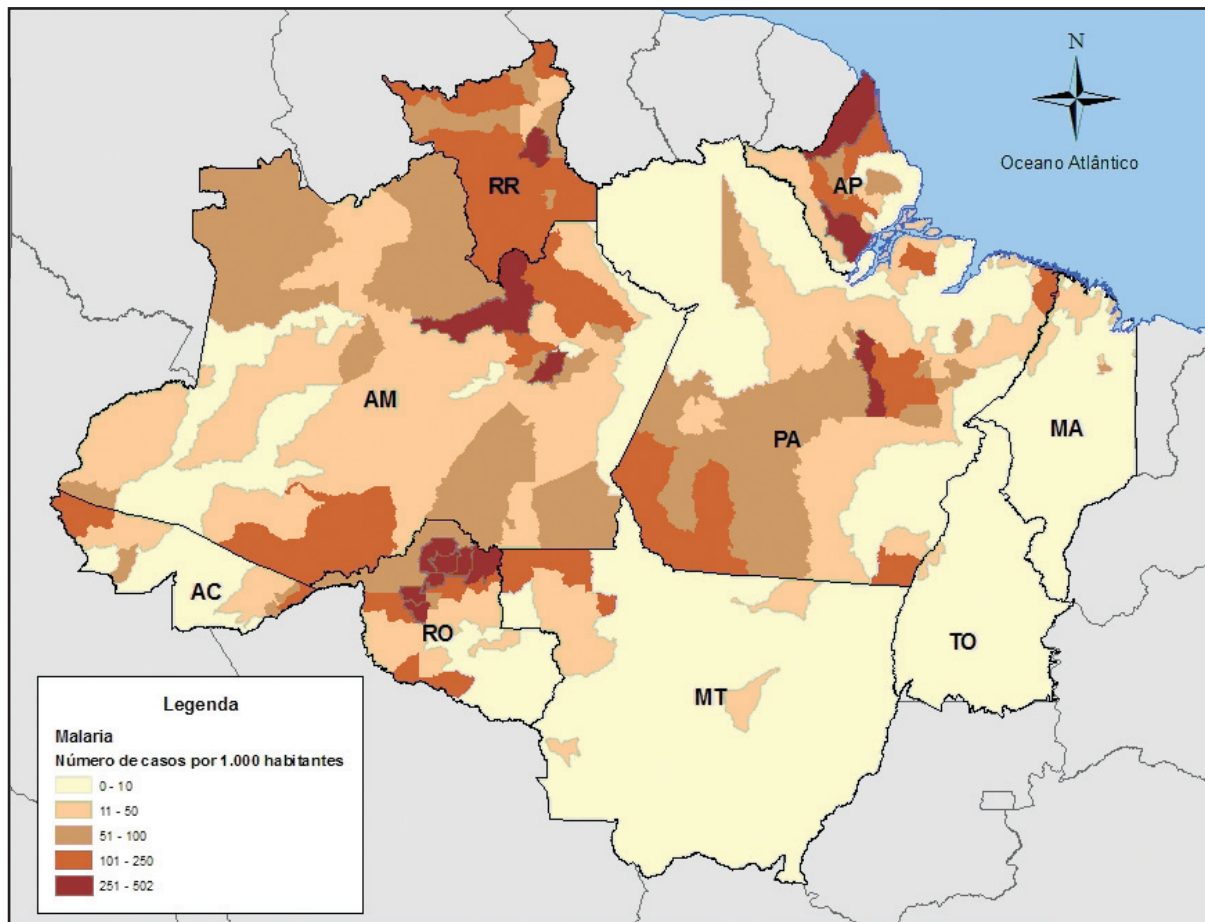


Figura 13. Distribuição da malária (casos para cada mil habitantes) nos municípios da Amazônia em 2004 (MS 2005).

14. TUBERCULOSE CAI, MAS CONTINUA ELEVADA

A tuberculose é uma doença infecto-contagiosa curável causada pelo microrganismo bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*) e transmitida pelo ar. Segundo a OMS, um terço da população mundial está infectada pelo bacilo, embora apenas 5% a 10% delas manifestem a doença. A tuberculose é a maior causa de mortes no mundo. Por isso, há uma década, a OMS declarou a tuberculose em estado de emergência no mundo. Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil ocupa o 15º lugar entre os 22 países responsáveis por 80% do total de casos de tuberculose no mundo.

Embora o número de casos registrados de tuberculose na Amazônia tenha se mantido praticamente estável nos últimos 20 anos (entre 10 mil e 12 mil casos registrados), a taxa da doença diminuiu (Figura 14). Em 1990, a taxa da doença era de 73 casos para cada 100 mil habitantes. Em 2004, essa taxa caiu para 48.

Em 2004, o Estado do Amazonas apresentou a maior taxa (72 casos para cada 100 mil habitantes), seguido pelo Pará (53) e Roraima (51). O Tocantins apresentou a menor taxa de tuberculose entre os Estados (18). Dados de morbidade (MS 2006b) indicam que em 2003 foram registrados 2,3 óbitos por tuberculose para cada 100 mil habitantes na Amazônia.

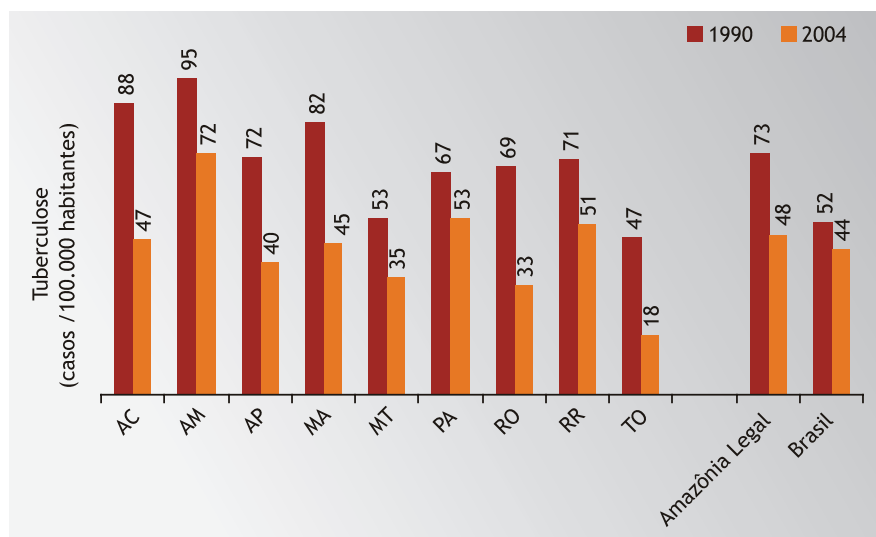


Figura 14. Taxa de tuberculose (casos para cada cem mil habitantes) em 1990 e 2004 (MS 2006d).

Quadro 9. Dengue e Leishmaniose

A dengue e a leishmaniose são outras doenças que têm alta incidência na Amazônia (Tabela 6). A dengue é uma doença viral transmitida pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, podendo se manifestar na forma clássica ou hemorrágica (esta podendo ser muito grave). É um problema de saúde pública grave no mundo tropical, onde as condições do meio ambiente são favoráveis à procriação do mosquito. A prevenção se dá com a erradicação

Tabela 6. Taxa de dengue e de leishmaniose (casos/ 100 mil habitantes) na Amazônia em 2004 (MS 2006ef).

Estados	Casos para Cada 100 mil Habitantes	
	Dengue	Leishmaniose Tegumentar
AC	697	246
AM	29	72
AP	463	210
MA	24	52
MT	82	138
PA	71	79
RO	190	141
RR	117	42
TO	107	43
Amazônia	92	87
Brasil	35	16

dos locais de reprodução dos mosquitos e pelo uso de mosquiteiros e repelentes. Em 2004, foram registrados 92 casos para cada 100 mil habitantes na Amazônia, enquanto a média brasileira era bastante inferior (35).¹⁸ Os Estados mais afetados pela doença naquele ano foram o Acre (697) e o Amapá (463).

A leishmaniose é provocada por parasitas do gênero *Leishmania* e transmitida por mosquitos do gênero flebotomíneos. A leishmaniose tegumentar é a mais comum no Brasil, especialmente em regiões florestais. Em 2004 foram registrados 87 casos para cada 100 mil habitantes na Amazônia, enquanto a média brasileira era de 16 casos. Os Estados com mais incidência da doença naquele ano foram Acre (246) e Amapá (210).



OBJETIVO 6. Combater Aids, Malária e outras Doenças

- **Meta 7:** Até 2015 ter detido e começado a reduzir a propagação do HIV/Aids.
- **Amazônia em 2004:** 12,4 casos de Aids para cada 100 mil habitantes.
- **Avaliação:** A taxa da doença tem aumentado na região e se a tendência atual for mantida, a meta não será atingida em 2015.
- **Meta 8:** Até 2015 ter detido e começado a reduzir a incidência de malária e de outras doenças graves.
- **Amazônia em 2004:** > de 2 mil casos de malária e 48 casos de tuberculose para cada 100 mil habitantes.
- **Avaliação:** Embora a incidência de malária e de tuberculose tenha diminuído entre 1990 e 2004, essas doenças ainda persistem em taxas elevadas. Além disso, a região tem incidência muito alta de dengue e leishmaniose tegumentar.

Objetivo 7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental é a capacidade de sustentação dos ecossistemas face às interferências humanas, garantindo as necessidades da geração presente sem afetar o suprimento das gerações futuras (ONU). A forma de desenvolvimento predominante na sociedade moderna não é sustentável, ocasionando graves problemas ambientais, entre os quais se destacam: a destruição das florestas, a perda da biodiversidade e a poluição das águas e do ar. Uma das conseqüências da ação do homem na natureza é o aceleração do aquecimento global, resultado da emissão de gases do efeito estufa (IPCC 2007). Os limites da utilização dos recursos naturais e a necessidade de alterar o modo de produção e consumo da humanidade estão no centro dos principais debates sobre desenvolvimento.

Na Amazônia, o desmatamento já removeu 17% da floresta original. Além disso, extensas áreas do bioma Amazônia abrigam florestas empobrecidas e degradadas por queimadas e exploração madeireira predatória. De acordo com Barreto *et al.* (2005), 47% do bioma Amazônia estava sob algum tipo de pressão humana em 2002, sendo 19% de pressão consolidada (desmatamento, centros urbanos e assentamentos rurais) e 28% sob pressão incipiente (medida pelos focos de calor).

Despesas com a gestão ambiental representaram apenas 0,3% (R\$ 96 milhões) das despesas orçamentárias públicas dos

Estados da Amazônia Legal em 2005¹⁹ (MF 2006). Em contraste, as despesas orçamentárias com meio ambiente de toda a Amazônia foi oito vezes inferior aos gastos efetuados pelo do Estado de São Paulo em 2005 (MF 2006).

Para avaliar o Objetivo do Milênio 7, usamos três indicadores: (i) área desmatada; (ii) percentual de Áreas Protegidas; e (iii) saneamento ambiental (acesso da população a abastecimento adequado de água e instalações de esgoto).

15. DESMATAMENTO CONTINUA ALTO

O desmatamento no Bioma Amazônia passou de 10% em 1990, atingindo 17% em 2005 (Figura 15). Entre 1990 e 2006, a área desmatada anualmente se manteve elevada (Figura 16). Em média, a área desmatada subiu de 16 mil quilômetros quadrados na década de 1990 para aproximadamente 20 mil quilômetros quadrados entre

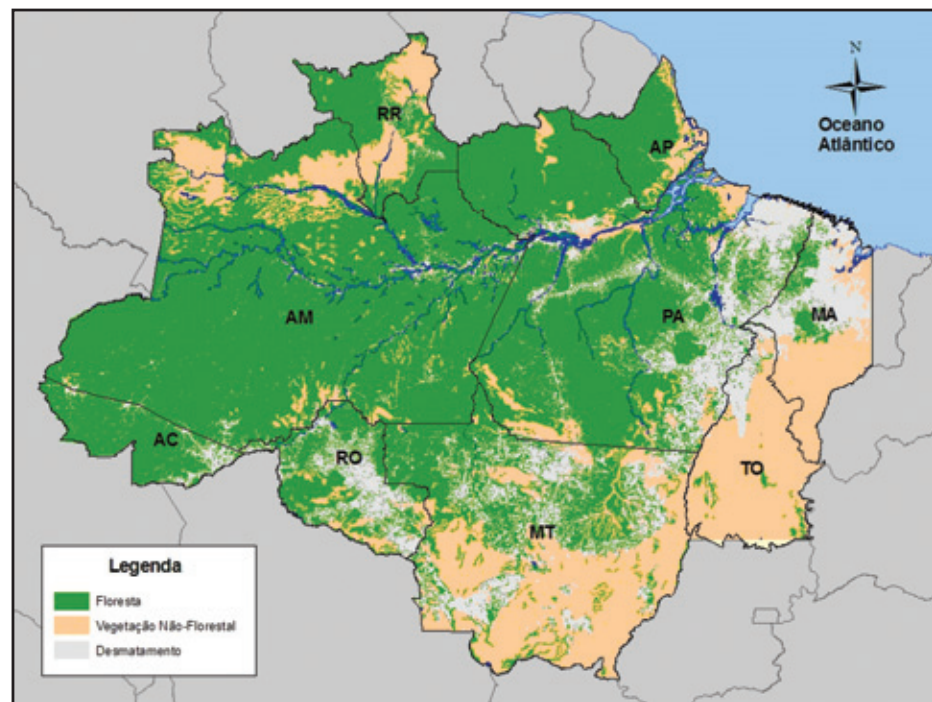


Figura 15. Cobertura vegetal na Amazônia (IBGE 1997 e Inpe 2005).

2000 e 2006. O maior desmatamento registrado na Amazônia ocorreu em 1995 (29,1 mil quilômetros quadrados). Em 2004 foi registrada o segundo maior desmatamento da história da região – 27,4 mil quilômetros quadrados. Em 2005, a área desmatada foi de 18,8 mil quilômetros quadrados, o

que representa uma queda de mais de 30% em relação ao ano anterior. Em 2006, foi registrada uma queda ainda mais relevante no desmatamento da Amazônia (13,1 mil quilômetros quadrados). Nos últimos cinco anos, o Mato Grosso foi o campeão de desmatamento na região (Tabela 7).

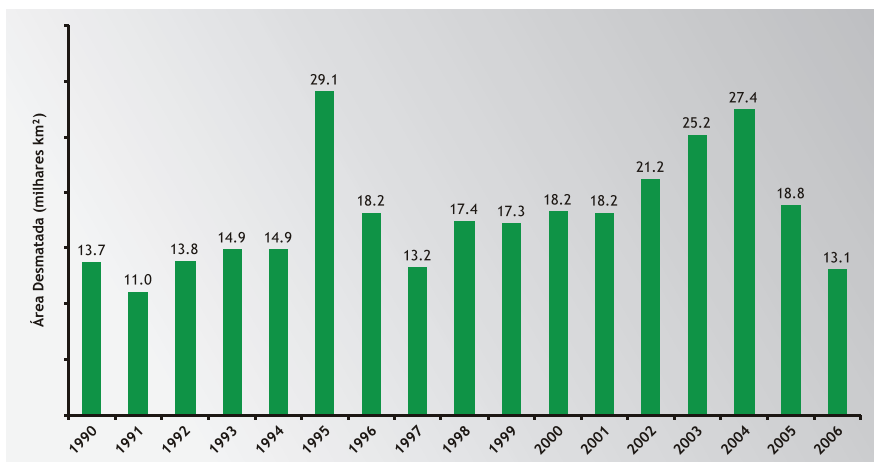


Figura 16. Área desmatada na Amazônia entre 1990 e 2006 (Inpe 2006)²⁰.

Tabela 7. Área desmatada na Amazônia em 1990 e 2005 (Inpe 2006).

Estados	Taxa de Desmatamento Anual (km ² /ano)	
	1990	2005
AC	550	541
AM	520	752
AP	250	33
MA	1.100	922
MT	4.020	7.145
PA	4.890	5.763
RO	1.670	3.233
RR	150	133
TO	580	271
Amazônia	13.730	18.793

Quadro 10. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável

A Meta 9 dos Objetivos do Milênio sugere a incorporação dos princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas. Nos últimos anos houve avanços no estabelecimento de leis e políticas ambientais no Brasil com relevância para a Amazônia. Entre elas, merecem destaque:

Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81). Torna o Licenciamento Ambiental obrigatório para empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras (hidrelétricas, rodovias, mineração, hidrovias etc.) entre outras diretrizes;

Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) e Decreto 3.179/99. Prevêem sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc (9.985/2000). Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação;

Medida Provisória 2.186-16/01. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e acesso ao conhecimento tradicional e repartição dos benefícios;

Lei de Biosegurança (11.105/05). Define normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre atividades que envolvam organismos geneticamente modificados.

Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06). Regulamenta a gestão das florestas em áreas públicas (União, Estados e municípios), cria o Serviço Florestal Brasileiro como órgão regulador e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

O estabelecimento de legislação favorável ao uso adequado dos recursos naturais e à proteção ambiental é importante, mas a sua implantação ainda é um desafio. Por exemplo, a Lei de Crimes Ambientais não tem sido eficaz na proteção das florestas amazônicas e a sua aplicação inadequada impede o combate efetivo à exploração ilegal de florestas pelas empresas madeireiras e desfavorece a reparação dos danos ambientais (Brito e Barreto 2005).

16. AUMENTAM ÁREAS PROTEGIDAS

As Áreas Protegidas são estratégicas para a conservação da floresta amazônica. No Brasil, essas áreas são divididas em Unidade de Conservação e Terras Indígenas.²¹ Por sua vez, As Unidades de Conservação estão classificadas como sendo de proteção integral (Parnas, Rebio, Esec etc.) e de uso sustentável (Flonas, Resex, RDS etc.). As Áreas Protegidas representam uma maneira eficiente de combater o desmatamento e conservar as florestas.

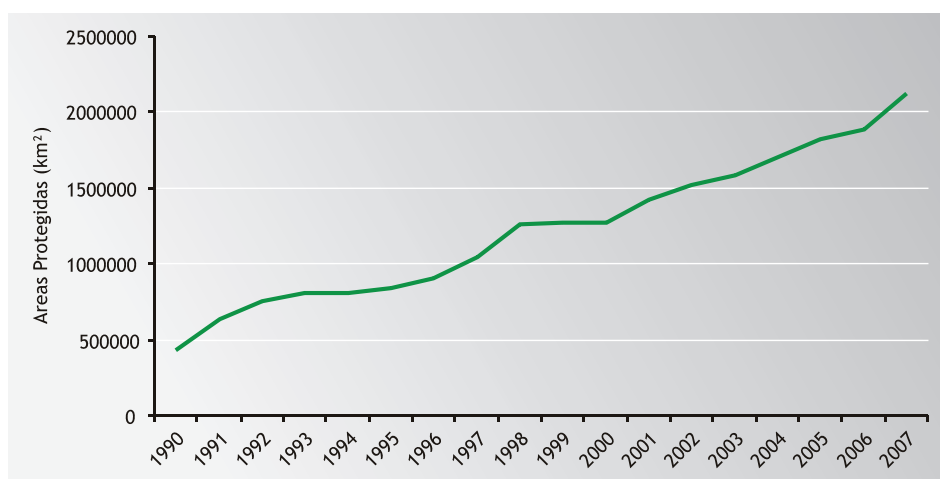


Figura 17. Criação de Áreas Protegidas na Amazônia Legal entre 1990 a 2007. (Fontes: ISA 2006, Ibama 2006 e Oemas)

A proporção de Áreas Protegidas aumentou consideravelmente na Amazônia nos últimos anos, passando de 8,5% em 1990 para em 42,1% (2,1 milhões de quilômetros quadrados)²² em 2006 (Figura 17) (Ribeiro *et al.* No prelo). Desse total, 20,5% são Terras Indígenas e 21,1% são Unida-

des de Conservação. Além disso, há 0,5% de áreas militares (Figura 18). No entanto, estudos recentes demonstram que algumas Áreas Protegidas da Amazônia estão sendo ilegalmente desmatadas (Ribeiro *et al.* 2005; Nepstad *et al.* 2006; Ferreira 2006).

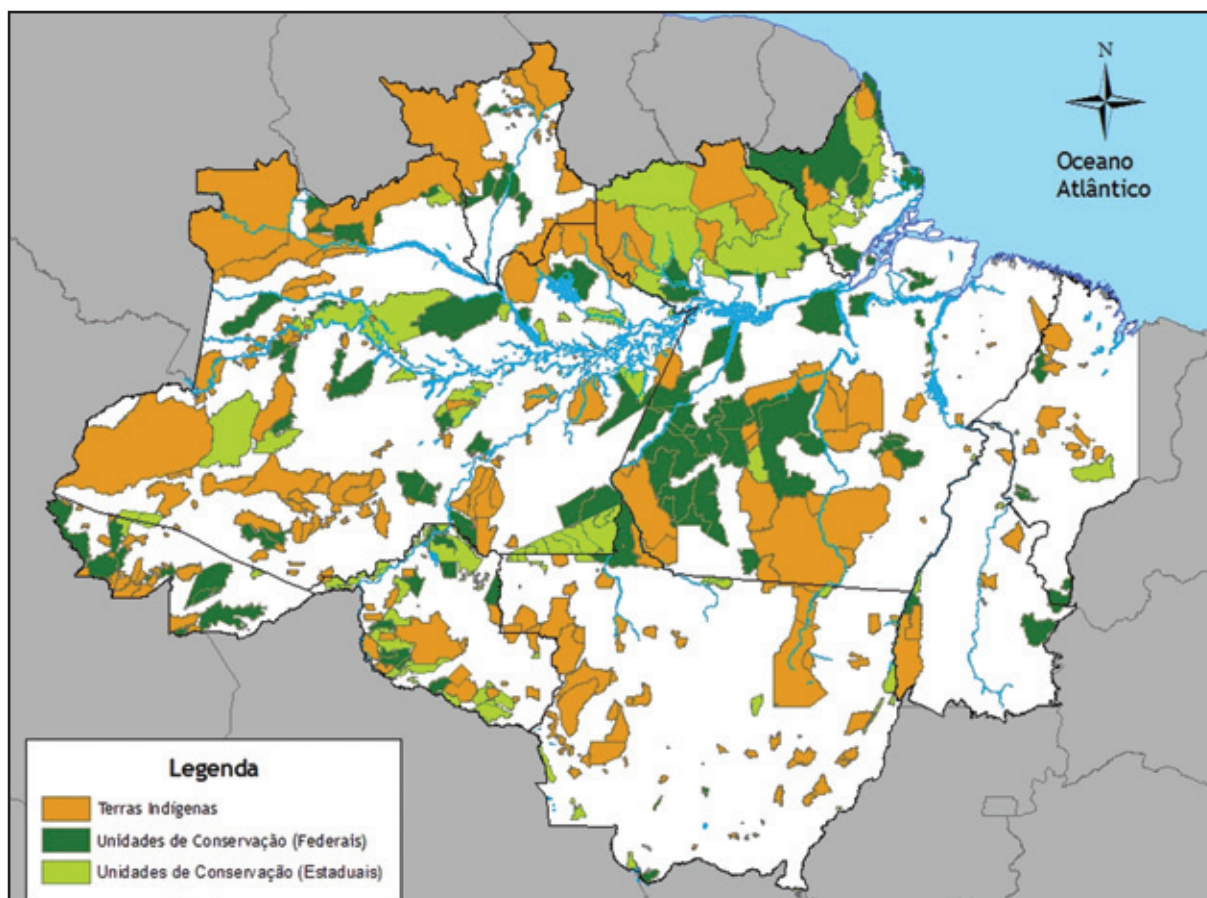


Figura 18. Áreas Protegidas nos Estados da Amazônia em 2006 (ISA 2004, Ibama 2006, Imazon e Oemas). Excluem-se as APAs.

Quadro 11. A Amazônia e o efeito estufa.

O efeito estufa é o resultado do acúmulo de certos gases na atmosfera, principalmente o dióxido de carbono (CO_2), que impedem o retorno de parte dos raios solares para a atmosfera, ocasionando assim o aquecimento global. Após a revolução industrial (1750) houve um aumento expressivo no acúmulo de CO_2 na atmosfera, resultado principalmente da queima de combustíveis fósseis. Estima-se que a temperatura do planeta já aumentou $0,7^\circ\text{C}$ no último século e que vai aumentar ainda mais nas próximas décadas. Algumas das possíveis conseqüências incluem: degelo polar, aumento do nível dos oceanos, secas e enchentes severas.

Em 1997 foi estabelecido o Protocolo de Kyoto²³ que propõe metas para diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 5% (referente a 1990) nos países desenvolvidos. Além disso, o protocolo também estabelece três mecanismos de flexibilização para facilitar o processo de redução de emissões: (i) a Implementação Conjunta; (ii) o Comércio de Emissões; e (iii) o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo²⁴ (MDL).

O Brasil é conhecido por ter uma matriz energética “limpa”. A emissão de CO_2 em função da queima de combustíveis fósseis representa 25%, o que é pouco comparado aos outros países (MCT 2004). Em 1994, estima-se que o Brasil emitiu 1,03 bilhão de toneladas de CO_2 para a atmosfera e 75% dessas emissões foi causada pela mudança do uso do solo (MCT 2004). A mudança do uso do solo compreende o balanço do carbono emitido pelo desmatamento, pelas queimadas e pelos solos e aquele removido pelas florestas plantadas e em crescimento. O desmatamento da Amazônia tem grande participação nas emissões brasileiras de CO_2 . Só em 1994 (quando o desmatamento somava 14,9 mil quilômetros quadrados), essa atividade foi responsável pela emissão de 429 milhões de toneladas de CO_2 (MCT 2004).

A diminuição da taxa de desmatamento da Amazônia é uma das principais alternativas para o Brasil reduzir suas emissões de CO_2 . Além disso, o país pode se beneficiar do MDL, obtendo financiamento para projetos de reflorestamento, visando assim “seqüestrar” carbono da atmosfera e possibilitar a recuperação de áreas degradadas. Em 2006, durante a 12ª COP (em Nairóbi, Quênia), o governo brasileiro apresentou uma proposta para compensar financeiramente a redução das taxas de desmatamento por meio de um mecanismo voluntário de doações, independente ao Protocolo de Kyoto. Isso poderá ser uma oportunidade para a conservação da Amazônia. No entanto, especialistas advertem que sem receber nada em troca, dificilmente os países desenvolvidos apoiarão a proposta brasileira.

17. LIGEIRA MELHORIA NO SANEAMENTO

Na Amazônia, a porcentagem da população que vive em domicílios com abastecimento adequado de água aumentou de 48% em 1991 para 68% em 2005 (Tabela 8). Por sua vez, no Brasil, em 2005, 88% da população em média tinha acesso a esse serviço. A Amazônia apresenta os piores índices nacionais em 2005. No Nordeste brasileiro, 72% da população era beneficiada com esse serviço em 2005. Entre os Estados da Amazônia, o Acre (50%) e o Maranhão (52%) apresentaram os piores índices de abastecimento de água. Por outro lado, o Amapá apresentou o melhor resultado (91%).

A porcentagem da população que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto na Amazônia aumentou de 33%, em 1990, para 48% em 2005 (Tabela 8). A pior cobertura de esgoto

na região era a de Tocantins (22%), enquanto a melhor situação era a de Roraima (74%). No Brasil, por sua vez, 67% da população brasileira tinha acesso a esse serviço em 2005. As regiões brasileiras com pior cobertura de esgotos eram o Nordeste (44%) e o Centro-oeste (44%). No entanto, embora a cobertura de sistemas de esgoto tenha aumentado, segundo o Ipea (2004), somente 1/3 do esgoto coletado no Brasil recebe tratamento. Tema que merece destaque nas políticas públicas nacionais. Só na Amazônia, 11,7 milhões de pessoas vivem em residências sem coleta de esgoto. Segundo a OMS, a cada R\$ 1 gasto em saneamento básico, há uma economia futura de pelo menos R\$ 5 em saúde pública (remédios ou tratamentos hospitalares) (MS 2006g). No entanto, apenas 0,8% das despesas orçamentárias dos Estados da Amazônia foram com saneamento em 2005 (MF 2006).

Tabela 8. População (%) residindo em domicílios com abastecimento adequado de água e com instalações adequadas de esgoto em 1990 e 2005 na Amazônia (Ipea 2006 ef).

Estados	População que Vive em Domicílios com			
	Abastecimento Adequado de Água (%)		Instalações Adequadas de Esgoto (%)	
	1990	2005	1990	2005
AC	49	50	37	39
AM	80	80	53	51
AP	92	91	49	56
MA	22	52	15	47
MT	58	90	26	44
PA	57	61	41	53
RO	68	86	55	48
RR	72	81	64	74
TO	-	76	-	22
Amazônia	48	68	33	48
Brasil	71	88	51	67



OBJETIVO 7 . Garantir a Sustentabilidade Ambiental

- **Meta 9:** Incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais.
- **Avaliação:** Leis e outros instrumentos políticos foram criados nos últimos anos para promover o desenvolvimento sustentável. Entretanto, o desmatamento na região já atinge 14% da Amazônia e 17% quando considerado o bioma. A boa notícia é que 42% da região está legalmente protegida. Outras metas mais específicas foram propostas para a região:

Desmatamento:

O **Conabio** estabeleceu uma meta para a redução do desmatamento da Amazônia em 75% (em relação ao desmatamento 2002/2003) até 2010. Para atingir essa meta, a área desmatada deve cair para 6,2 mil quilômetros quadrados. No entanto, alguns cientistas e ambientalistas apóiam uma moratória imediata proibindo o desmatamento, considerando que existem muitas áreas já desmatadas que não têm aproveitamento econômico. Essas áreas deveriam ser consolidadas com atividade produtivas (agropecuária e reflorestamento). Segundo a MP 2166, as propriedades rurais na floresta amazônica podem desmatar até 20% de sua área e devem manter 80% como Reserva Legal com cobertura florestal conservada.

Áreas Protegidas:

O **Conabio** estabeleceu a meta de 30% da Amazônia protegida como Unidade de Conservação até 2010. (21,1% estava protegida por Unidade de Conservação em 2006). Para atingir essa meta será necessário criar mais 445 mil quilômetros quadrados de novas Unidades de Conservação.

A meta do Programa **Arpa** é apoiar a criação de 90 mil quilômetros quadrados de Unidades de Conservação de Proteção Integral até 2007 e um total de 285 mil quilômetros até 2012. A meta para 2007 foi superada em 60%. Para atingir a meta de 2012, o Arpa precisará apoiar a criação de mais 141 mil quilômetros quadrados de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Além dessas metas, o Arpa prevê apoiar até 2012, a criação de 90 mil quilômetros de Resex e RDS -uma meta quase atingida (92%).

O **PNF** (2000) estabeleceu como meta a criação de 500 mil quilômetros quadrados de Flonas e Flotas até 2010. Apesar do avanço nos últimos anos (aumento de 8,3 mil quilômetros quadrados em 2002 para 259 mil quilômetros quadrados 2006), para atingir a meta, ainda falta criar 241 mil quilômetros quadrados.

- **Meta 10:** Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e a saneamento básico.
- **Meta brasileira para 2015:** 85% da população com acesso a abastecimento de água adequado e 75% com instalações adequadas de esgoto.²⁵
- **Amazônia em 2005:** 68% da população com acesso a abastecimento de água adequado e 48% com instalações adequadas de esgoto.
- **Avaliação:** O acesso da população à água e ao esgoto na Amazônia melhorou. Porém, se essa taxa for mantida, a Meta 10 do Milênio só será atingida em 2018 para água e 2032 para esgoto.
- **Meta 11:** Até 2020, ter alcançado melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de áreas degradadas.
- **Consideração sobre a meta:** Essa é uma meta mundial e aplica-se principalmente a países onde os níveis de favelização ultrapassam 50% da população urbana. Segundo Pnud (2003), 4% da população brasileira vivia em domicílios considerados subnormais²⁶ no ano 2000; enquanto na Amazônia esse índice era de 3%.

CONCLUSÃO

Os *Objetivos do Milênio* têm obtido alguns avanços na Amazônia, mas a região continua atrás da média nacional na maioria dos 17 indicadores avaliados – exceto na participação das mulheres na política e na taxa de Aids. Comparando a evolução

histórica dos 17 indicadores avaliados, a maioria melhorou entre 1990 e a data mais recente de avaliação (em geral, 2005) (Tabela 9). Entretanto, em muitos casos essa melhoria ainda é insatisfatória, como no caso da incidência de malária e do acesso da população à água e esgoto.

Tabela 9. Situação dos indicadores avaliados dos Objetivos do Milênio em relação a 1990.

Legenda: ● Agravou-se ● Manteve-se Estável ● Melhorou.²⁷

Objetivo	Indicadores	Amazônia	Brasil
1	Extrema pobreza	●	●
	Pobreza	●	●
2	Analfabetismo	●	●
	Anos de estudo	●	●
	Frequência escolar	●	●
3	Educação feminina ¹	●	●
	Mulheres na política ²	●	●
4	Mortalidade até 1 ano	●	●
	Mortalidade até 5 anos	●	●
5	Óbito materno	●	●
6	HIV/Aids	●	●
	Malária	●	●
	Tuberculose	●	●
7	Desmatamento	●	●
	Áreas Protegidas	●	●
	Água e Esgoto	●	●

¹ Média entre analfabetismo e frequência no ensino fundamental e médio.

² Média de mulheres eleitas para os diferentes cargos (prefeitas, senadoras e deputadas).

Das dez metas avaliadas neste estudo, apenas uma foi atingida na Amazônia (eliminação das disparidades entre os sexos na educação) e duas outras poderão ser atingidas até 2015, como sugerido pela ONU (Figura 19). As metas a serem atingidas estão concentradas na área de educação e mortalidade infantil, o que reflete o maior esforço dos governos em assegurar o ensino básico universal para as crianças e adolescentes na região.

Entre os Estados da Amazônia, o Mato Grosso já atingiu três metas do milênio, o Maranhão atingiu duas, enquanto o Pará, Amapá, Roraima e Tocantins atingiram uma meta. Por outro lado, o Acre, Amazonas e Rondônia ainda não atin-

giram nenhuma meta estabelecida pela ONU (Figura 20).

Na avaliação geral da situação dos indicadores dos Objetivos do Milênio, o Mato Grosso foi o melhor classificado²⁸. Esse Estado apresenta indicadores de renda, educação e saúde relativamente melhores que os outros Estados. Em última colocação no *ranking* dos Estados estavam o Acre e o Maranhão. Embora em última colocação, o Maranhão melhorou em todos os indicadores avaliados nesse estudo, com exceção da taxa de Aids. O *ranking* dos Estados foi: Mato Grosso (1º), Amapá (2º), Pará (3º), Amazonas (4º), Rondônia (5º), Roraima (6º), Tocantins (7º), Acre (8º) e Maranhão (9º).

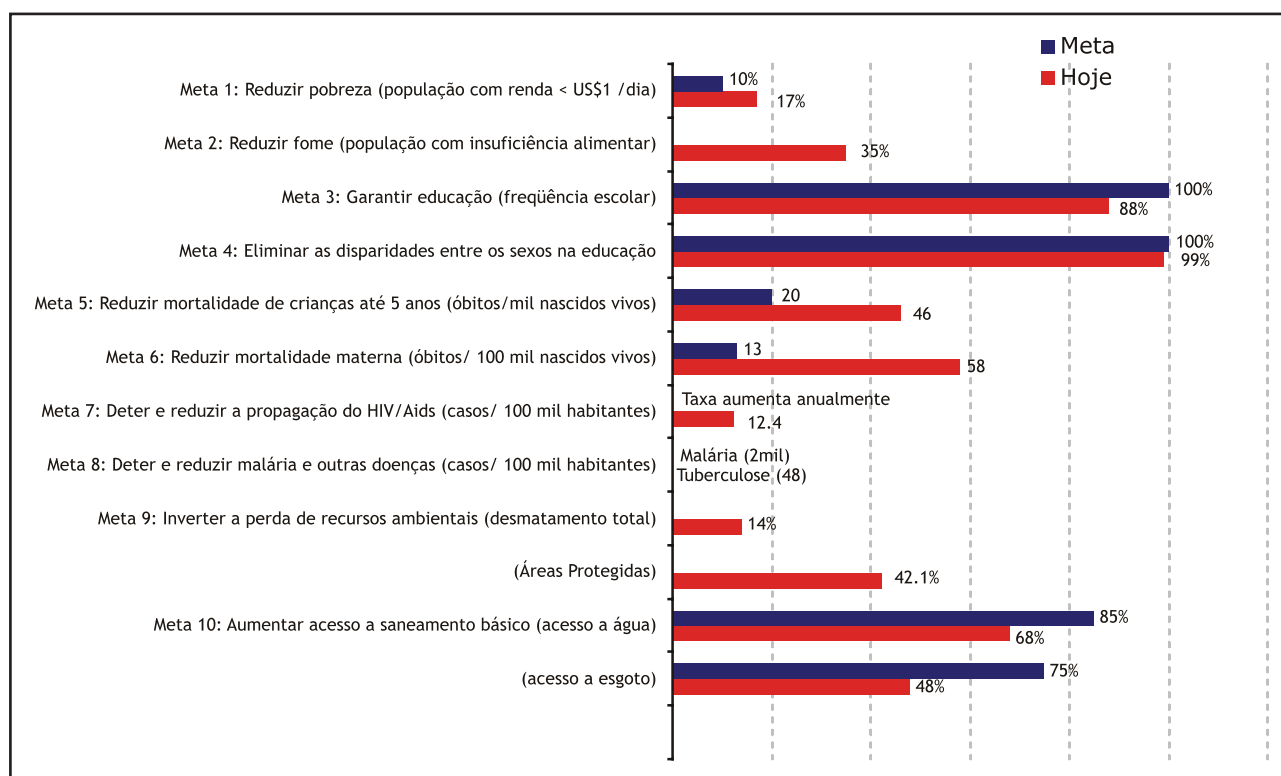


Figura 19. Situação das Metas do Milênio avaliadas.

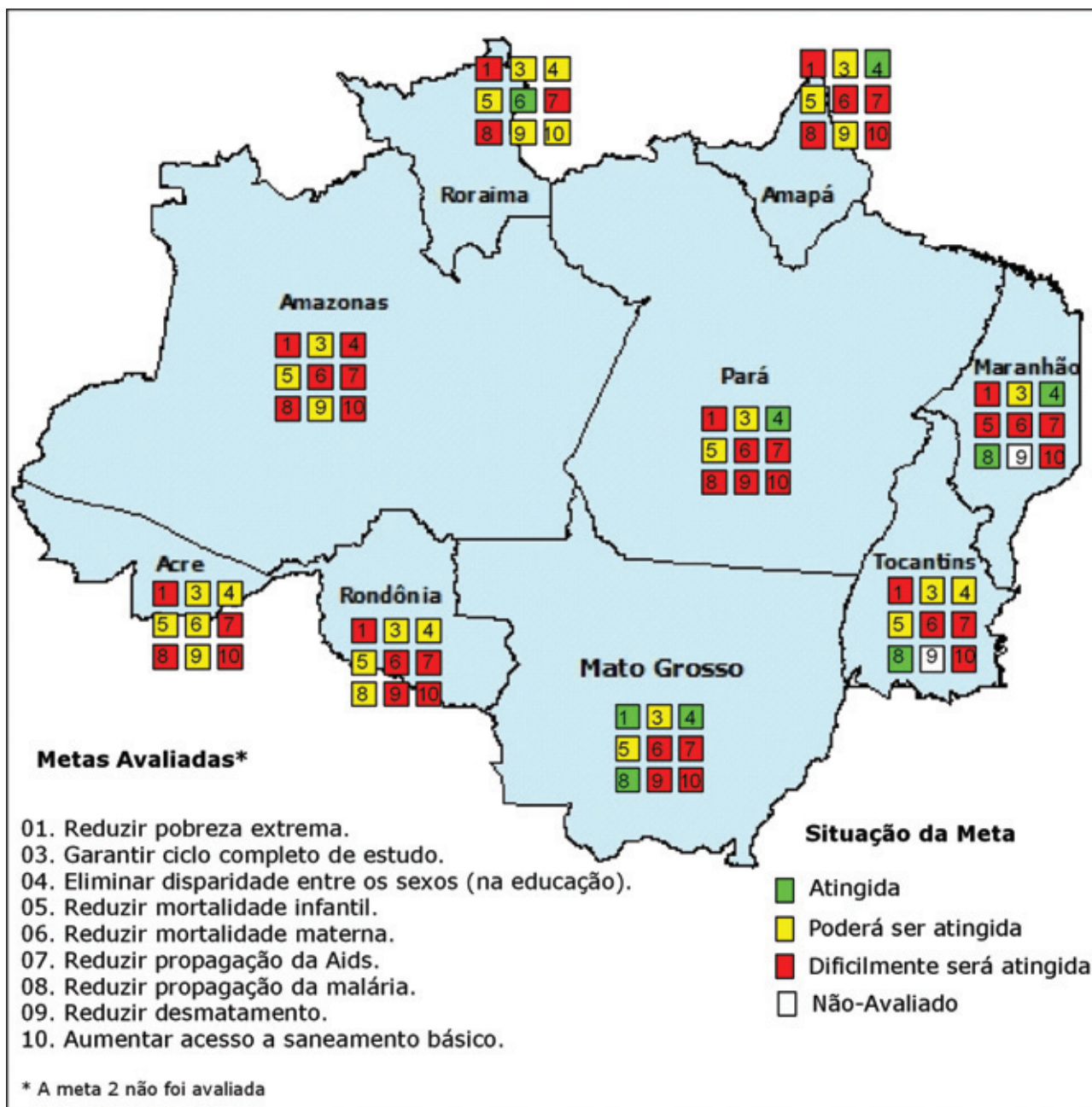


Figura 20. Situação das Metas do Milênio avaliadas nos Estados da Amazonia Legal.²⁹

A Amazônia é conhecida internacionalmente pela abundância de recursos naturais. Esses recursos vêm sendo utilizados de forma predatória, o que é representado pelas altas taxas de desmatamento. Ao mesmo tempo, persistem na região pobreza, problemas graves de saúde, como malária e tuberculose. As mulheres têm pouca participação na política e são desfavorecidas no mercado de trabalho. Os óbitos maternos permanecem altos e

o acesso da população ao saneamento básico é insuficiente.

As boas notícias são que o acesso à educação aumentou (embora a qualidade ainda enfrente desafios), as mulheres têm igualdade na educação e a mortalidade infantil caiu. Em uma situação intermediária encontram-se os indicadores de meio ambiente: o número de Áreas Protegidas na região aumentou significativamente, mas o desmatamen-

to continua elevado. Além disso, foram estabelecidas leis para promover o uso sustentável dos recursos naturais.

Os *Objetivos do Milênio* têm o mérito de estabelecer as bases para uma discussão sobre os benefícios esperados de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira. Porém, é

necessário ampliar a divulgação e o debate sobre esses objetivos na Amazônia que até agora tem sido tratado de forma periférica. Esperamos que a publicação desse relatório possa contribuir para iniciar um ciclo mais amplo de debate sobre como avançar na implantação desses objetivos e metas na Amazônia.

PARA SABER MAIS...

Sobre...	Onde...	
Objetivos do Milênio	IPEA	www.ipea.gov.br
	ONU	www.pnud.org.br
		www.un.org
Pobreza	ONU	www.undp-povertycentre.org
Educação	MEC	www.inep.gov.br
		http://portal.mec.gov.br
	UNESCO	www.unesco.org
Saúde	AIDS	www.aids.org.br/
	MS	http://portal.saude.gov.br
		www.aids.gov.br
	OMS	www.who.int/en
Amazônia e Meio Ambiente	Amazônia	www.amazonia.org.br
	IBAMA	www.ibama.gov.br
	Imazon	www.imazon.org.br
	INPA	www.inpa.gov.br
	INPE	www.inpe.br
	Ipam	www.ipam.org.br
	ISA	www.socioambiental.org
	MMA	www.mma.gov.br
	MPEG	www.museu-goeldi.br
	Naea	www.ufpa.br/naea
Dados	IBGE	www.ibge.gov.br
		www.sidra.ibge.gov.br
	IPEA	www.ipeadata.gov.br
	MS	www.saude.gov.br/svs
		www.datasus.gov.br
	ONU	www.pnud.org.br/atlas
http://unstats.un.org		

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi financiado pela Fundação Gordon & Betty Moore e pela Fundação Avina. Somos gratos a Daniel Santos pela colaboração na coleta e armazenamento dos dados. Agradecemos a todos os revisores desse estudo e suas contribuições à versão preliminar, em especial a Salo Coslovsky (MIT), Roberto Smeraldi (Amigos da Terra), Sérgio Guimarães (ICV), Eric Stoner (Usaid), Guillaume Rousseau (Embrapa/CNPq), Marco Lentini, Carlos Souza Junior, Paulo Barreto, Wandreia Baitz, Brenda Brito, Marcio Salles e Paulo Amaral (Imazon). À Lorenda Raiol pela assessoria de comunicação.

BIBLIOGRAFIA

- Barreto, P.; Souza Jr., C.; Anderson, A.; Salomão, R. & Wiles, J. 2005. Pressão Humana no Bioma Amazônia. *O Estado da Amazônia* n.3 Belém: Imazon. 4 p. Disponível em: www.imazon.org.br. Acesso em: 15/02/2007.
- Brasil. 2005. Projeto de lei nº 6047/2005 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/losan.nal.pdf>>. Acesso em: 13/04/2006.
- Brito, B & Barreto, P. 2005. Desafios da Lei de Crimes Ambientais no Pará. *O Estado da Amazônia* n. 4. Belém: Imazon. 4 p. Disponível em www.imazon.org.br Acesso em: 13/04/2006.
- Castro, M.C.; Monte-Mór, R.L.; Sawyer, D.O. & Singer, B.H. 2006. Malaria risk on the Amazon Frontier. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 103(7): 2452-2457.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). 2006a. Conflitos no Campo Brasil 2005. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso. Goiânia: CPT Nacional. 264 p.
- DATASUS. 2006a. Taxa de Mortalidade Infantil. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2005/c01.htm>. Acesso em: 16/11/2006.
- DATASUS. 2006b. Taxa de Mortalidade em Menores de Cinco Anos. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2005/c16.htm>. Acesso em: 16/11/2006.
- Ferreira, L. 2006. Áreas Protegidas dos Parques de Papel: A Importância de Áreas Protegidas para a Redução do Desmatamento do Estado do Pará. Relatório Preliminar do Museu Paraense Emílio Goeldi.
- IBAMA. 2006. Lista das Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/unidades/geralucs/tab1.htm>. Acesso em: 13/04/2006.
- IBGE. 2006a. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Segurança Alimentar 2004. 140 p. Disponível em www.ibge.gov.br ou dados em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=2999>. Acesso em 1/6/2006.
- IBGE. 2006b. Censo Demográfico 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 10/10/2005.
- IBGE. 2005. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): Síntese dos Indicadores 2004. 285 p. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 20/9/2006.
- IBGE. 2004. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (Pnad). Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 10/2/2006.
- IBGE. 1997. Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal. Rio de Janeiro: IBGE/DGC/Derna – Degeo-Decar.
- INPE. 2005. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – Projeto Prodes. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2005.htm. Acesso em 22/9/2006.
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). 2007. Climate Change 2007 - Fourth Assessment Report. ONU: Suíça. Disponível em www.ipcc.ch. Acesso em: 13/03/2007.
- IPEA 2004. Brazilian Monitoring Report on the Millennium Development Goals. Brasília: Ipea. 96 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/2004%20Brazilian%20MDGs%20Report.pdf>. Acesso em 25/09/2006.
- IPEA. 2005. Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea. 205 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=124. Acesso em 16/01/2007.
- IPEA. 2006a. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: Porcentagem de Pessoas Abaixo da Linha de Extrema Pobreza (P0) <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 25/10/2006.
- IPEA. 2006b. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: Porcentagem de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza (P0) <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 25/10/2006.
- IPEA. 2006c. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: Taxa de Analfabetismo <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 25/10/2006.

- IPEA. 2006d. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: Número Médio de Anos de Estudo <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 25/10/2006.
- IPEA. 2006e. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: Domicílios com Água Potável na Rede Geral - Pessoas (%) <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 24/10/2006.
- IPEA. 2006f. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: Domicílios com Instalação Adequada de Esgoto – pessoas (%) <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 24/10/2006.
- IPEA. 2006g. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: População Economicamente Ativa - Taxa de Participação <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 06/06/2006.
- IPEA. 2006h. Ipeadata: Dados Regionais. Indicadores Sociais: Freqüência Escolar. <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 25/10/2006.
- IPEA. 2007. Ipeadata: Dados Regionais. Contas Nacionais: Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Constantes (Fonte original – IBGE) <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 2/3/2007.
- ISA. 2004. *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental. 687 p.
- MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). 2004. Comunicado Nacional Inicial do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia. 276 p.
- MEC (Ministério da Educação). 2003. Resultados do Saeb 2003. Disponível em <http://www.inep.gov.br/download/saeb/2004/resultados/BRASIL.pdf>. Acesso em 24/8/2006.
- MEC (Ministério da Educação). 2006a. Resultados do Enem 2005. Disponível em http://www.inep.gov.br/basica/enem/relatorio_2005.htm. Acesso em 24/8/2006.
- MEC (Ministério da Educação). 2006b. Resultados do Enade 2005. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/enade/2005/Resumo_Tecnico_ENADE_2005.pdf. Acesso em 24/8/2006.
- MF (Ministério da Fazenda). 2006. Tesouro Nacional. Estado e Município. Execução Orçamentária dos Estados (1995-2005). Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp. Acesso em 24/11/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2003. Saúde Amazônia: Relato de Processo, Pressupostos, Diretrizes e Perspectivas de Trabalho para 2004/Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Apoio à Descentralização. Brasília: Ministério da Saúde. 32 p. Disponível em <http://www.Amazônia.org.br/arquivos/92569.pdf>. Acesso em: 13/04/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2005. Dados passados por e-mail pela Condenação do Programa Nacional de Controle da Malária em 2/8/2005.
- MS (Ministério da Saúde). 2006. Datasus. Estatísticas Vitais: Nascidos Vivos por Ocorrência. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acesso em 6/3/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2006a. Datasus. Estatísticas Vitais: Mortalidade Materna por Ocorrência. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/matuf.def>. Acesso em 6/03/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2006b. Datasus. Indicadores de Morbidade e Fatores de Risco – Taxa de Incidência de Aids. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defaultohm.exe?idb2005/d0201.def>. Acesso em 23/10/2006.
- MS. Ministério da Saúde. 2006c. Datasus. Indicadores de Morbidade e Fatores de Risco – Índice Parasitário Anual (IPA) de Malária. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defaultohm.exe?idb2005/d04.def>. Acesso em 23/10/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2006d. Datasus. Indicadores de Morbidade e Fatores de Risco – Taxa de Incidência de Tuberculose. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defaultohm.exe?idb2005/d0202.def>. Acesso em 23/10/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2006e. Datasus. Indicadores de Morbidade e Fatores de Risco – Taxa de Incidência da Dengue. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2005/d0203.def>. Acesso em 23/10/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2006f. Datasus. Indicadores de Morbidade e Fatores de Risco – Taxa de Incidência da Leishmaniose Tegumentar Americana. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defaultohm.exe?idb2005/d0204.def>. Acesso em 23/10/2006.
- MS (Ministério da Saúde). 2006g. Investimentos da Funasa Beneficiam mais de 765 Mil Brasileiros no Primeiro Trimestre. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=25592. Acesso em 5/3/2007.

- MS (Ministério da Saúde). 2006h. Datasus. Mortalidade Brasil. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obtudef.def>. Acesso em: 6/03/2006.
- Nepstad, D.; Schwartzman, S.; Bamberger, B.; Santilli, M.; Alencar, A.; Ray, D., & Schlesinger, P. 2006. Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous reserves. *Conservation Biology* 20(1):65-73.
- ONU. 2000. The World's Women 2000: Trends and Statistics. <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/indwim/index.htm>. Acesso em 2/6/2006.
- ONU/UN. 2006. The Millennium Development Goals Report 2006. New York: UN. 32 p.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 1997. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 2a edição. São Paulo: EDUSP.
- OMS/WHO. 2006. Working Together for Health. The World Health Report 2006. France: WHO. 16 p. Disponível em http://www.who.int/whr/2006/06_overview_en.pdf. Acesso em 26/10/2006.
- OPAS. 2006. Website da Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em <http://www.opas.org.br/>. Acesso em 26/10/2006.
- PNF. 2000. Programa Nacional de Florestas. Brasília: MMA/SBF/DiFLOR. 54 p.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2003. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud/ Ipea/ FJP). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em 13/4/2005.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005. Relatório do Desenvolvimento Humano 2005 – Resumo. New York: UN. 40 p. Disponível em <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em 26/10/2006.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2006. Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. New York: UN. 1.101 p. Disponível em <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em 26/10/2006.
- Ribeiro, B.; Veríssimo, A. & Pereira, K. 2005. O Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia. *O Estado da Amazônia* n. 6. Belém: Imazon. 4 p. Disponível em www.imazon.org.br. Acesso em 2/6/2006.
- Santilli, M.; Moutinho, P.; Schwartzman, S.; Nepstad, D.; Curran, L. & Nobre, C. 2003. Tropical deforestation and the Kyoto Protocol: A new proposal. Paper to COP-9. Milan, Italy, 1–12 December 2003. (<http://www.ipam.org.br/eventos/cop9/Tropical%20Deforestation%20and%20Kyoto%20Protocol%20COP9.pdf>).
- SUDAM/PNUD. 2000. Diagnóstico e Cenarização Macrossocial da Amazônia Legal: Perfil da Saúde na Amazônia Legal e o Contexto Brasileiro. Sudam: Belém. 54 p. Disponível em: <http://www.Amazônia.org.br/arquivos/66076.pdf>. Acesso em: 26/4/2006.
- TSE. 2006. Website do Tribunal Superior Eleitoral <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em 25/10/2006)
- UNESCO. 2006. EFA Global Monitoring 2007. Strong Foundations: Early Childhood Care and Education. France: Unesco. 42 p. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001477/147785E.pdf>. Acesso em 26/10/2006.
- Veiga, J. E. da. 2002. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano que se imagina*. Campinas: Ed. Autores Associados. 304 p.
- Vittor, A.Y.; Gilman R.H.; Tielsch, J.; Glass, G.E.; Shields, T.M.; Sanchez-Lozano, W.; Pinedo, V.V. & Patz, J.A. 2006. The effects of deforestation on the human-biting rate of *Anopheles darlingi*, the primary vector of falciparum malaria in the Peruvian Amazon. *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene* 74(1): 3-11.

NOTAS

- ¹ O objetivo deste relatório é apontar a situação dos Estados da Amazônia e compará-las entre si e com o restante do país. Não foi objeto deste estudo apontar desigualdade racial. No entanto, advertimos aos leitores, que assim como as demais regiões do país, a população negra, parda e índia apresenta indicadores socioeconômicos inferiores quando comparados à população branca (Pnud 2003).
- ² Neste estudo utilizamos a classificação urbano/rural oficial do IBGE, mas especialistas advertem que os critérios utilizados pelo IBGE podem subestimar a população rural no Brasil (Veiga 2002).
- ³ **Dados:** Os indicadores utilizados neste trabalho são dados secundários oficiais e públicos, disponíveis na *internet* ou em relatórios e publicações. Este trabalho avalia uma quantidade limitada de indicadores.
- ⁴ **Análises:** Todos os dados estão em escala estadual, com exceção daqueles referentes às prefeituras eleitas (TSE) que são municipais e foram somados por Estado. Como a maioria dos indicadores é agregada em escala estadual, para efeito das análises, inserimos integralmente o Estado do Maranhão e excluímos o Estado de Goiás. Os valores apresentados referentes à Amazônia são: (i) média dos valores estaduais ponderadas pela população dos Estados nos anos em questão (Indicadores: 1, 2, 16 e Quadro 4); (ii) média aritmética dos valores estaduais (3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11 e Quadros 5, 6 e 7); ou (iii) valores absolutos obtidos pela soma dos Estados apresentados de forma absoluta, em proporção ou em função do número de habitantes (7, 12, 13, 14, 15, 17 e Quadro 9). O Mapa da Malária (Figura 12) apresenta dados municipais e as classes de valores definidas de forma manual. Os mapas do estudo foram confeccionados com o *software* ArcGis 9.
- ⁵ **Avaliação:** Considerando que as Metas do Milênio são propostas para os países, a avaliação das metas apresentadas no final de cada seção e na síntese dos resultados refere-se à avaliação dos indicadores da região comparados com o valor esperado para o Brasil (calculado com base nos valores nacionais e nas metas da ONU). As projeções apresentadas na avaliação das metas baseiam-se na simples premissa de manutenção nas taxas de evolução dos indicadores referente ao período anterior consolidado, considerando-se dessa forma a manutenção na taxa de crescimento populacional. Devemos advertir que a melhora no esforço de coleta de dados em alguns Estados pode subestimar o progresso em alguns dos indicadores avaliados.
- ⁶ Com exceção da meta 18 (Acesso a novas tecnologias da informação e das comunicações). A população que vive em domicílios com telefones na Amazônia Legal aumentou de 9%, em 1990, para 24% em 2000 (Pnud 2003). Entretanto, a região fica 13 pontos percentuais abaixo da média brasileira em 2000 (37%). Em 2000, apenas 4% da população da Amazônia Legal possuía computador em seus domicílios. Por outro lado, a média brasileira era maior: 10%. Pesquisa mais recente do IBGE (2005) aponta que, em 2004, em média, 16% dos domicílios brasileiros e 7% dos domicílios da Amazônia Legal tinham computadores.
- ⁷ Devemos advertir que os índices de pobreza utilizados (% da população) não refletem a densidade de pobreza (número de pobres/km²).
- ⁸ Além desse estudo, o IBGE tem dois estudos recentes referentes à alimentação da população, no âmbito da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF): (i) “Aquisição alimentar domiciliar *per capita* -Brasil e Grandes Regiões” e (ii) “Análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil” (<http://www.ibge.gov.br/>).
- ⁹ Entre a população alfabetizada em 2005 (87%), estima-se que 15% eram compostos por analfabetos funcionais, isto é, pessoas que sabem ler e escrever algo simples, mas tem habilidades limitadas e dificuldade de compreensão.
- ¹⁰ A frequência escolar nas áreas rurais tinha uma defasagem de 2% no ensino fundamental e 15% no ensino médio, tanto no Brasil quanto na média dos Estados da Amazônia (Pnad 2004).
- ¹¹ Estimativas mais recentes do Ministério da Saúde (Datusus 2006a) indicam que a mortalidade de crianças com até 1 ano pode ter caído para 24 óbitos no Brasil e para 26 óbitos em média nos Estados da Amazônia (taxas não confirmadas).

- ¹² Dados para os Estados não estavam disponíveis.
- ¹³ Mortalidade materna calculada a partir dos dados de óbitos maternos e nascidos vivos (por ocorrência).
- ¹⁴ Consideramos o ano de 1996 como o ano-base, devido à indisponibilidade de dados para anos anteriores.
- ¹⁵ A população (especialmente rural) da Amazônia tem pouco acesso a hospitais e exames especializados. Por isso, o número de casos de doenças registrado está provavelmente subestimado.
- ¹⁶ O aumento expressivo no número de casos pode ser resultado do aumento do número de exames realizados na região. Em 1990, as estatísticas sobre a Aids eram incipientes e não se constituem uma base de comparação precisa.
- ¹⁷ A malária também é transmitida por transfusão de sangue e compartilhamento de seringas e agulhas infectadas.
- ¹⁸ A taxa de dengue na região é provavelmente subestimada, uma vez que muitos doentes não fazem exames devido à falta de acesso e/ou de conhecimento.
- ¹⁹ Exclui despesas com saneamento básico.
- ²⁰ Taxa anual refere-se ao período de agosto de um ano até julho do ano seguinte. Portanto, “desmatamento 2006” refere-se a “desmatamento 2005-2006”. Estimativa de 2006 é preliminar.
- ²¹ Além dessas, áreas quilombolas e militares também são classificadas como Áreas Protegidas.
- ²² Inclui cerca de 23 mil quilômetros quadrados de APAs
- ²³ O Protocolo de Kyoto entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após a ratificação da Rússia durante a 10ª Conferência das Partes (COP) em 2004 na cidade de Buenos Aires.
- ²⁴ Mecanismo que permite países industrializados (Anexo I) financiarem projetos visando a redução de emissões em países do Anexo II, recebendo em troca créditos de carbono.
- ²⁵ Meta em relação a 1990.
- ²⁶ Domicílios localizados em aglomerados subnormais. Isto é, ocupação desordenada, sem posse da terra ou título de propriedade, também designado por “assentamentos informais” como mocambo, alagado, barranco e favela (Pnud 2003).
- ²⁷ Avaliamos a melhora, piora ou manutenção dos indicadores estaduais com valor base no ano de 1990. Consideramos piora ou melhora valores com pelo menos 10% de diferença do valor original no ano de referência (1990). Diferença inferior a 10% foi considerada manutenção. Nos casos em que não houve indicadores disponíveis para o ano de referência (1990), utilizamos valores adjacentes.
- ²⁸ *Ranking* dos Estados. Para fins comparativos, classificamos os Estados de acordo com seus indicadores. Inicialmente, classificamos cada indicador avaliado mais recente de 1 (melhor) a 9 (pior), podendo haver empate. Calculamos a média aritmética do grupo de indicadores que compõe cada Objetivo do Milênio. Por último, calculamos a média da classificação dos Objetivos do Milênio para proceder com uma classificação geral.
- ²⁹ Situação das metas avaliadas por Estado. Em verde, as metas já atingidas. Em amarelo, as metas que poderão ser atingidas no tempo proposto. Em vermelho, as metas que dificilmente serão atingidas. As projeções apresentadas na avaliação das metas baseiam-se na simples premissa de manutenção nas taxas de evolução dos indicadores referente ao período anterior consolidado, considerando-se dessa forma a manutenção na taxa de crescimento populacional. Metodologia de cartografia baseada em L’Atlas 2006 (Monde Diplomatique).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. População abaixo da linha de extrema pobreza.....	11
Figura 2. População abaixo da linha de pobreza.....	12
Figura 3. População com insegurança alimentar (moderada ou grave).....	13
Figura 4. Taxa de analfabetismo.....	14
Figura 5. Número médio de anos de estudo da população.....	15
Figura 6. Taxa de analfabetismo da população feminina.....	17
Figura 7. Remuneração de homens e mulheres de acordo com o número de anos de estudo.....	20
Figura 8. Mortalidade infantil até 1 ano de vida.....	21
Figura 9. Mortalidade infantil até 5 anos de vida.....	22
Figura 10. Número de óbitos maternos.....	23
Figura 11. Taxa de Aids.....	25
Figura 12. Taxa de incidência de malária.....	26
Figura 13. Distribuição da malária.....	27
Figura 14. Taxa de tuberculose.....	28
Figura 15. Cobertura vegetal na Amazônia.....	30
Figura 16. Área desmatada entre 1990 e 2006.....	31
Figura 17. Criação de Áreas Protegidas.....	32
Figura 18. Áreas Protegidas.....	33
Figura 19. Situação das Metas do Milênio.....	38
Figura 20. Situação das Metas do Milênio nos Estados.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil dos Estados da Amazônia.....	08
Tabela 2. Freqüência escolar de crianças e jovens.....	16
Tabela 3. Freqüência escolar de crianças e jovens por sexo.....	18
Tabela 4. Proporção de mulheres eleitas prefeitas e deputadas.....	18
Tabela 5. Proporção da população economicamente ativa.....	19
Tabela 6. Taxa de dengue e de leishmaniose.....	29
Tabela 7. Área desmatada na Amazônia.....	31
Tabela 8. População com abastecimento adequado de água e com instalações adequadas de esgoto.....	35
Tabela 9. Situação dos indicadores avaliados.....	37

IMAZON

INSTITUTO DO HOMEM E
MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Rua Domingos Marreiros, 2020, Altos
Bairro: Fátima • CEP 66060-160
Belém - Pará - Brasil • Tel.: (91) 3182-4000 • Fax: (91) 3182-4027
www.imazon.org.br • imazon@imazon.org.br

ISBN 85-86212-18-0

